FUNDAMENTOS DE UMA LEI AGRÍCOLA PARA O BRASIL

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

AGROANALYSIS

VOLUME 13 NÚMERO 9 SETEMBRO DE 1989

IMPRESSO

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS

AGROANALYSIS

Editor: Sylvio Wanick Ribeiro **(Chefe do Cea/Ibre/FGV)**

Núcleo editorial: Boris Gheventer, Fernando Roberto de Freitas Almeida e Maria José Cyhlar Monteiro.

Núcleo central de pesquisadores: Boris Gheventer **(preços no nível do produtor)** v a g o **(pecuária e cacau)**; Eliana Conde Barroso Leite Viglio **(arroz e feijão)**; Fernando Roberto de Freitas Almeida **(maçã, oleaginosas, trigo e uva)**; v a g o **(cana-de-açúcar e álcool)**; v a g o **(algodão, outras fibras vegetais e laranja)**; Irene Raguenet Troccoli **(milho, aves e suínos)**; Janet Fajardo Zaidhaft **(batata, cebola e mamona)**; Maria José Cyhlar Monteiro **(política agrícola)**; Martha Macedo de Lima Barata **(aveia, centeio, cevada e sorgo)** e Virgínia Cardoso W. Vieira **(café)**.

Estatística (preços no nível do produtor): Adib Jamil Amin **(preços de terras, salários e serviços)**; Lúcio Junqueira Campos **(preços recebidos)**; Mário Sachs Rabello **(índices e relações de trocas)**; e Oraide Terezinha Novaes **(preços de insumos)**.

Documentação: Glória Maria Teixeira Grego **(bibliotecária)** e Maria Célia Ávila Bezerra.

Técnica de editoração: v a g o .

Serviços de secretaria: v a g o **(secretária)**, fone: 551-1542 ramal 210 e Lúcia Maria Santos de Paula.

Estagiários: Alexandre Manoel Cabral Rodrigues Junior, Lenice Ypiranga Benevides de Araújo, Marcos Arzua Barbosa e Trajano Augustus Tavares Quinhões.

Microcomputador: Bruno da Silva Junior e Deise Jaffar de Lima.

Composição: Neli Martins Mascarenhas.

Arte: Carlos Alberto Torres.

Impressão: Editora Lidador Ltda. (fone: 204-0594).

É permitida a reprodução total ou parcial do **Agroanalysis**, desde que seja citada a fonte.

Agroanalysis, v.1– ,n.1– 1977–
1977
mensal CDU 631(05)

Praia de Botafogo, 190 – 8º and.
22.250 – Botafogo – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL
Telefone Geral da FGV: PABX 551-1542
Caixa Postal: 9052
20.000 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Telex: 212-3840 FGVE BR

Solicita-se aos leitores que, na eventual comunicação de mudança de endereço, remetam a etiqueta do último **Agroanalysis** recebido.

EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

SUMÁRIO

PERFIL DO LEITOR 2

PRODUTOS VEGETAIS
- Milho 3
- Tomate 6
- Trigo 11

ENSAIOS ESPECIAIS
- Cacau: excesso de produção nos próximos anos 14
- Fundamentos de uma lei agrícola para o Brasil 24
- Lavouras: produção e resultados financeiros 29

ESTATÍSTICA: SÉRIES HISTÓRICAS
- Batata 34
- Cacau 35
- Milho 36

OPINIÃO DO LEITOR 37

PREÇOS RECEBIDOS E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES 41

PANORAMA AGROPECUÁRIO – PREÇOS
- Mercado Externo 42
- Mercado Interno 44
- Relativos 46

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS 48

PERFIL DO LEITOR

A partir das respostas (87% dos consultados) ao formulário que acompanhou recente recadastramento dos leitores de **Agroanalysis**, pode-se traçar um perfil suscinto de seus interesses.

Observe-se que o primeiro item (atividade exercida) permitiu múltiplas respostas, sem ordenação, não sendo, portanto, possível saber qual a principal e assim desagregar os resultados. Várias outras perguntas ensejaram, também resposta múltipla, com o que o total das suas respostas é superior a 100%.

RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O AGROANALYSIS

DISCRIMINAÇÃO	RESPOSTA %
Lê o **Agroanalysis** porque exerce uma ou mais das seguintes atividades	
Produção agropecuária	39
Governo	32
Comercialização agropecuária	27
Pesquisa	25
Universidade	14
Indústria de produtos agropecuários	12
Banco	10
Outros	15
O que espera encontrar na leitura de **Agroanalysis**	
a) panorama geral da conjuntura agropecuária	67
b) análise mais específica dos mercados agropecuários	50
c) informações relativas a produtos específicos	31
Lê toda a publicação	
Sim	59
Não	37
Quais as seções que despertam seu interesse	
Produtos vegetais	59
Produtos animais	43
Ensaios Especiais	40
Acompanhamento Conjuntural da Agropecuária	75
Preceitos de Política Agrícola	51
Preços Recebidos e Relação de Trocas	37
Panorama Agropecuário	53
Comportamento das Lavouras	52
A leitura de **Agroanalysis**	
a) complementa a leitura de outras publicações especializadas	81
b) substitui a leitura de outras publicações especializadas	12
c) permite dispensar a leitura do noticiário relativo à agropecuária na imprensa diária	6
Há quanto tempo lê **Agroanalysis**	
Menos de 1 ano	10
Há um ano	14
De 2 a 3 anos	31
4 anos ou mais	43



MILHO

A produtividade física registrou ganhos enquanto a demanda deverá decrescer, em função da queda das atividades avícola e suinícola.

A colheita deste ano foi favorável, apesar do atraso ocorrido no plantio. Isto se deveu, justamente, ao ganho de produtividade física em relação a 1987/88, o que não se podia imaginar. O **Centro-Sul** do país produziu 23,8 milhões de t, 7% a mais do que na safra anterior. É importante observar, porém, que este resultado advém de dois fatos: a) – a produção do estado do **Rio Grande do Sul** avançou 41% no período, devido à obtenção de rendimento médio que, embora normal, foi muito superior ao de 1987/88 (bastante prejudicado, não tendo ultrapassado os 1.600 kg/ha); e b) – **Goiás** beneficiou-se de aumento de 20% na produtividade média, alcançando posição inédita de segundo maior produtor brasileiro e responsável por 16% da produção total do **Centro-Sul.**

No que se refere ao mercado, a análise da evolução dos preços e do consumo conduz a um quadro de tranqüilidade. Afinal, trata-se de produto que praticamente não é influenciado pelas oscilações do mercado externo, estando basicamente atrelado ao desempenho da avicultura e da suinocultura, no país. Assim, como as variações observadas naquelas duas atividades tradicionalmente **dão o tom** da tendência dos preços, vale examinar mais de perto como se comportaram.

No caso da suinocultura, o presente ano tem sido dedicado à busca da recuperação dos níveis de lucratividade, combalidos desde 1987. Em termos da região **Sul** como um todo, os abates **SIF**, de janeiro a junho, de 3,5 milhões de cabeças, foram cerca de 25% inferiores aos de um ano an-

QUADRO 01 – MILHO – VBC POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADE – VALORES EM CRUZADOS CONSTANTES[1] – ANOS-SAFRA 1987/88, 1988/89 E 1989/90 – REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (ha)	SUL E SUDESTE			CENTRO-OESTE			VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90			
	(A) NCz$/ha (ago 89)	(B) NCz$/ha (ago 89)	(C) NCz$/ha (ago 89)	(A) NCz$/ha (ago 89)	(B) NCz$/ha (ago 89)	(C) NCz$/ha (ago 89)	B/A	C/A	C/B
até 900	192	139	134,97	202	146	141,73	0,72	0,70	0,97
de 901 a 1.300	267	201	185,06	281	211	194,33	0,75	0,69	0,92
de 1.301 a 1.700	342	287	238,95	359	302	250,90	0,84	0,70	0,83
de 1.701 a 2.100	410	349	291,75	431	366	306,34	0,85	0,71	0,84
de 2.101 a 2.500	475	401	335,43	499	421	352,19	0,84	0,70	0,84
de 2.501 a 3.000	571	474	398,67	599	497	418,59	0,83	0,70	0,84
de 3.001 a 3.500	623	515	434,72	655	541	456,44	0,83	0,70	0,84
de 3.501 a 4.000	690	611	494,46	724	642	519,20	0,89	0,72	0,81
de 4.001 a 5.000	785	699	562,03	825	734	590,12	0,89	0,72	0,80
de 5.001 a 6.000	899	803	644,33	944	843	676,55	0,89	0,72	0,80
de 6.001 a 7.000	–	948	761,48	–	996	799,56	–	–	0,80
acima de 7.000	–	1.094	878,64	–	1.149	922,57	–	–	0,80
MÉDIA							0,83	0,71	0,84

FONTE – CFP.

[1] **Valores atualizados, pelo IGP-DI, para agosto de 1989.**

tes, refletindo a contração do plantel ocorrida desde o ano passado. Assim, seu consumo de milho, embora não quantificado, obviamente diminuiu no período.

Já no que diz respeito à avicultura de corte, o quadro tem sido algo diferente, basicamente devido ao menor ciclo da ave em comparação com os suínos (o que lhe permite adequação muito mais rápida às variações do mercado) e ao seu maior atrelamento às alterações de preço da carne bovina. Assim, embora os criadores tenham iniciado o ano de 1989 com o firme propósito de refrearem eventual euforia, que levasse à expansão do plantel, a forte valorização da carne bovina os influenciou. Por este motivo, a diferença entre as produções real e potencial de pintos de corte, cuja média foi de –17% de janeiro a abril, arrefeceu a partir de maio. Assim, de janeiro a setembro, a produção real de carne de frango, embora se tenha situado 14% aquém da potencial, esteve 4% acima do patamar de um ano antes. Em outras palavras, embora também não haja maneira de se quantificar o consumo de milho pela criação avícola de corte, ele vem sendo superior ao do ano anterior, certamente em percentual semelhante ao do crescimento da produção.

Pelo lado da avicultura de postura, de janeiro a setembro, a **Associação Paulista de Avicultura** contabilizou produção comercial de ovos inferior em 21% à do mesmo período de 1988. Provavelmente, esta tendência de retração só deverá se reverter ao final do presente ano, já que a entrada em produção das poedeiras comerciais alojadas demora cerca de cinco meses, e a maior diferença de alojamento mensal em relação ao mesmo mês de há um ano passou a se dar a partir de abril. De qualquer forma, para o ano como um todo, o desempenho da avicultura de postura será inferior ao de 1988, subentendendo, portanto, menor consumo de rações.



Em resumo, somando-se a discreta expansão da avicultura de corte, a forte retração da suinocultura, o considerável menor rebanho avícola de postura, e o fato de estas atividades se responsabilizarem por cerca de 80% do consumo de rações e concentrados produzidos pelas indústrias associadas ao **Sindirações**, é de se esperar que a produção de rações em 1989 seja inferior à de 1988. Isto acarretará menor demanda por milho (cerca da metade do consumo brasileiro concentra-se nestas indústrias), também porque quantidade significativa da produção do cereal é utilizada **in natura** na alimentação dos rebanhos. Extra-oficialmente, as avaliações quanto ao consumo interno para o período 1988/89 se situam no intervalo de 24 milhões a 24,5 milhões de t. Este total representará cerca de 3% a menos do que o verificado em 1987/88.

Em função da tendência de demanda **frouxa**, os preços do milho não apresentaram maiores oscilações durante os primeiros sete meses do ano, a não ser por ocasiões efêmeras em que o mercado foi afetado por fatores aleatórios. Assim se explica o avanço real de 5% no preço recebido pelos produtores paranaenses no mês de maio, frente ao de abril, que se deu em conseqüência da entrada atrasada de safra (que, normalmente, começa a ser colhida em abril), acoplada à preferência tradicional que os agricultores dão, nesta época, à colheita da soja.

De qualquer forma, no período janeiro/julho, a média dos preços recebidos, em termos reais, no **Paraná**, foi 10% maior do que um ano antes.

Mais recentemente, porém, as cotações do milho têm reagido, devido ao avanço dos rendimentos reais no mercado financeiro. Afinal, as indústrias evitaram a formação de grandes estoques, não só ao longo da colheita (por saberem da oferta satisfatória do cereal) como também após a colheita, devido aos maiores ganhos no mercado financeiro. Assim, conforme se desenvolve a entressafra e a demanda de milho pelos rebanhos avícola e suinícola tende a aumentar, devido à proximidade das festas de fim-de-ano, as indústrias consumidoras estão retornando às compras, levando ao aumento das cotações.

No que tange à safra 1989/90, os novos níveis dos **VBC** foram desanimadores, não só por sua perda, em termos reais, frente aos valores de 1988/89 como, também, pela **apertada** oferta de crédito oficial e pela redução das faixas de financiamento subsidiado a ser oferecido às catego-

QUADRO 02 – SOJA – VBC POR FAIXAS DE PRODUTIVIDADE – VALORES EM CRUZADOS CONSTANTES[1] – ANOS-SAFRA 1987/88, 1988/89 E 1989/90 – REGIÕES SUL, SUDESTE E CENTRO-OESTE

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (ha)	SUL E SUDESTE			CENTRO-OESTE			VARIAÇÃO PERCENTUAL		
	1987/88	1988/89	1989/90	1987/88	1988/89	1989/90			
	(A) NCz$/ha (ago 89)	(B) NCz$/ha (ago 89)	(C) NCz$/ha (ago 89)	(A) NCz$/ha (ago 89)	(B) NCz$/ha (ago 89)	(C) NCz$/ha (ago 89)	B/A	C/A	C/B
até 1.250	469	415	306,75	492	435	322,09	0,88	0,65	0,74
de 1.251 a 1.500	500	446	328,16	525	468	344,56	0,89	0,66	0,74
de 1.501 a 1.750	600	532	391,58	630	559	411,15	0,89	0,65	0,74
de 1.751 a 2.000	644	572	418,92	676	601	439,87	0,89	0,65	0,73
de 2.001 a 2.400	741	660	487,27	778	694	511,63	0,89	0,66	0,74
acima de 2.400	771	688	507,67	810	722	533,05	0,89	0,66	0,74
MÉDIA							0,89	0,66	0,74

FONTE – CFP.

[1] Valores atualizados, pelo IGP-DI, para agosto de 1989.

rias de produtores. Conforme pode ser observado no Quadro 01, a disponibilidade de recursos para o plantio será, em média, 29% e 16% menor, respectivamente, do que o concedido em 1987/88 e 1988/89, tanto no **Sul-Sudeste**, como no **Centro-Oeste** (percentuais que, praticamente, repetem-se, ao se analisarem as faixas de rendimento 5 e 7, que são as mais representativas para as duas regiões, respectivamente). Considerando-se que, em 1988/89, todas as categorias de produtores fizeram jus a 100% do crédito oficial, o fato de atualmente a concessão ter sido reduzida (ver Quadro 01) atuará decisivamente para menor utilização de tecnologia. A este respeito, vale lembrar que já se nota, em diversas regiões produtoras do **Centro-Sul**, muito menor movimentação de compras de sementes certificadas, sugerindo virtual comprometimento do rendimento físico da lavoura.

De qualquer forma, como as primeiras observações apontam para alguma retração da área semeada com a soja (após a euforia do ano passado e o desapontamento dos sojicultores em relação à dicotomia entre as cotações esperadas e as obtidas na **Bolsa de Chicago**, este ano), à primeira vista, pareceu que o plantio do milho poderia ser beneficiado por este processo, o que levou à valorização artificial do preço da semente melhorada. Mesmo que venha a ocorrer tendência à expansão da área semeada, é muito provável que este movimento se restrinja a certas áreas do **Sul-Sudeste** e que diga respeito mormente à mera ampliação do cultivo, com grande parcimônia quanto ao uso de insumos e de sementes melhoradas.

Dessa forma, é possível que esta maior semeadura venha a significar, no **Sul-Sudeste**, tão-somente retorno a uma área **normal**, como a de 8 milhões de ha cultivados em 1987/88, cerca de 4% a mais do que a registrada na última safra. Esta tendência parece já estar consolidada, por exemplo, no **Paraná**, onde o **Deral** estima que a semeadura da primeira safra venha a ficar próxima de 2,08 milhões de ha, com aumento de não mais do que 4% sobre a área **normal**, de 2 milhões de ha.

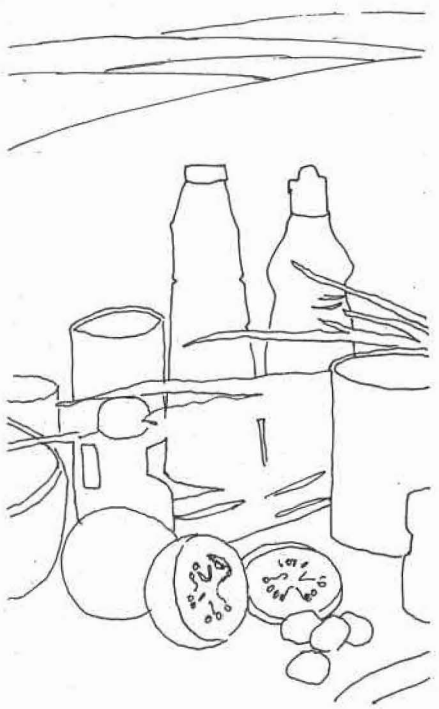
No **Centro-Oeste**, a análise da tendência restringe-se a **Goiás**, já que tanto **Mato Grosso** como **Mato Grosso do Sul** pouca tradição possuem no cultivo do milho (a área ocupada, em 1988/89, foi de apenas 600 mil ha, contra 3 milhões de ha dedicados à soja).

Em solo goiano, as semeaduras de milho e de soja praticamente se equivaleram na última safra, e, para 1989/90, tudo indica que este quadro deverá repetir-se. O rendimento médio do milho recém-obtido, da ordem de 3.200 kg/ha, caracterizou o bom desempenho da lavoura que, usualmente, se beneficia dos maiores preços da época da entressafra, quando aumenta a demanda por parte de **São Paulo** e do **Nordeste**. Por outro lado, é certo que a dificuldade de obtenção de crédito subsidiado terá influência negativa sobre a utilização de insumos. A este respeito, as primeiras informações provenientes de áreas onde tradicionalmente se planta o milho dão conta de uma relação **preço do produto/preço da semente** cerca de cinco vezes melhor para a soja, sugerindo que, mesmo que venha a haver acomodação do preço deste insumo, a soja continue com vantagem, face à maior oferta de semente.

TOMATE

A existência de uma demanda dinâmica e crescente por derivados de tomate, nos mercados interno e externo, influenciará positivamente no comportamento da produção, nos próximos anos.

As negociações anuais de preços, realizadas entre os produtores e a indústria, quando da elaboração dos contratos de entrega da matéria-prima para o esmagamento, vêm-se constituindo, nos últimos anos, em notável ponto de conflito. Tanto em **São Paulo**, como no eixo produtor de **Petrolina-Juazeiro** (situado no **Vale do Rio São Francisco**), principais regiões produtoras de tomate industrial, as negociações têm sido difíceis e demoradas e, na maioria das vezes, não se chega a decisões consensuais. Em geral, as discussões são iniciadas no mês de novembro, para que o preço-base esteja fixado até o final do mês seguinte, portanto, antes da época de plantio.[1] Do ponto de vista do agricultor, este cronograma é ideal, pois permite condicionar a decisão de plantio à perspectiva de remuneração oferecida pelos preços pré-fixados no contrato firmado com a indústria. Na realidade, entretanto, isto quase nunca ocorre. A cada ano, ao se iniciarem as discussões, a disparidade entre os preços pretendidos pelos produtores e aqueles oferecidos pela indústria logo suscitam impasse. Esta última tende a subestimar os custos dos agricultores, pressupondo a obtenção de produtividades físicas muito superiores às médias regionais.[2] O produtor rural se queixa da



1 Em **São Paulo**, o plantio se concentra nos meses de fevereiro e março e, no **Vale do São Francisco**, de abril a junho.

2 O **Comitê da Agroindústria de São Paulo** estima que a produtividade média do estado se situe atualmente em torno de 41 t/ha, considerando apenas os produtores que efetivamente entregam sua produção à indústria. É através do **Comitê** que se realizam as negociações de preços. Em **São Paulo**, ele é formado por representantes da **Abia (Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação)** e da **Faesp (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo**, mediados pelo **Instituto de Economia Agrícola**.

QUADRO 03 – BRASIL – PRODUÇÃO DE TOMATE PARA FINS INDUSTRIAIS – 1982 A 1989 – (em t)

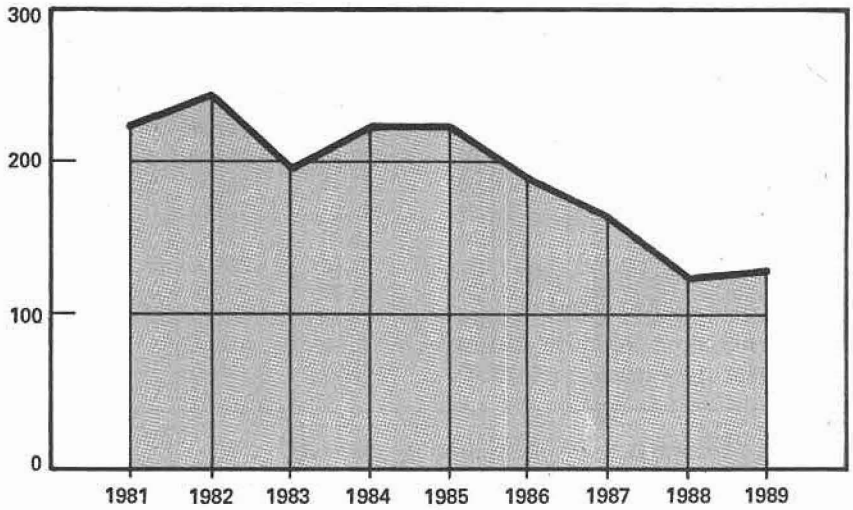
ESTADO	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988[1]	1989[1]
Pernambuco	176.300	73.349	195.291	217.303	259.306	270.070	451.464	442.016
São Paulo	460.000	380.000	370.000	330.000	320.000	320.000	295.600	350.400
Bahia	13.716	17.600	42.224	93.870	78.190	122.500	220.000	220.000
Goiás	–	–	–	–	–	–	73.265	81.910
Total fins industriais	650.016	470.949	607.515	621.173	657.496	712.570	1.040.329	1.094.326
Total Geral - Brasil	1.742.408	1.550.778	1.817.574	1.934.610	1.838.334	2.043.177	2.406.752	2.380.439
% Industrial/total	37%	30%	33%	32%	36%	35%	43%	46%

FONTE – Emater - Pernambuco, Emater - Bahia, Cepa - Goiás, Instituto de Economia Agrícola - SP, IBGE.
1 Estimativa.

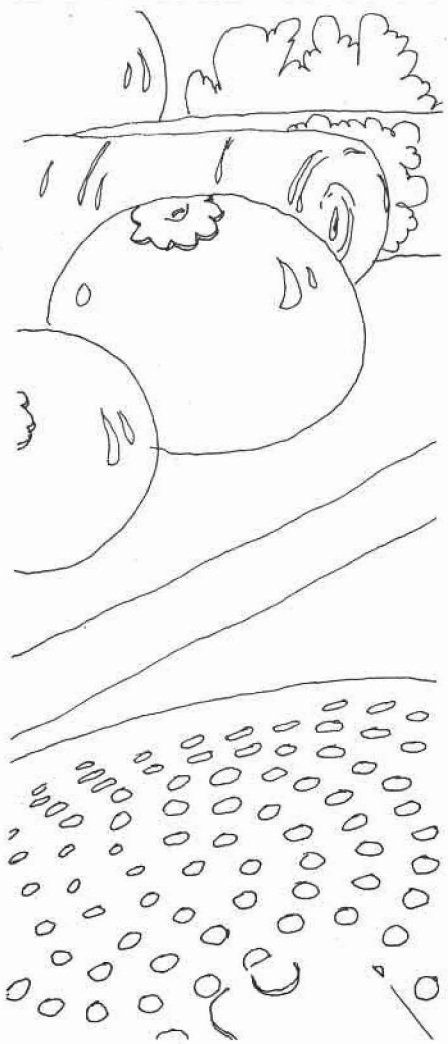
forte descapitalização provocada pela compressão crescente de sua margem de lucro, face à obtenção de preços cada vez menos compensadores (ver Gráfico 01). Com isto, as negociações se prolongam, provocando demora na efetivação de um acordo formal. Convém ressaltar que, via de regra, o contrato firmado é exigido pelas instituições bancárias como condição para liberarem financiamento à lavoura, o que torna a protelação das decisões muito desvantajosa para o produtor. É bom lembrar, também, que além de precisar garantir o empréstimo rural com antecedência, o produtor simultaneamente, planeja o plantio, ou seja, define a área a ser cultivada, estabelece a necessidade de insumos e prepara o solo. Desta forma, muito freqüentemente ocorre que as decisões de preços se homologam após ter sido realizado o plantio e, neste caso, faz-se o contrato deixando em aberto a questão da remuneração. Embora este procedimento não se verifique de forma generalizada, a decorrência do fato é a diminuição considerável do poder de negociação dos representantes dos produtores, durante suas reuniões no **Comitê**.

No contrato de compra e venda firmado com o produtor, a indústria define uma relação de parâmetros qualitativos e quantitativos de produção, de modo a ajustá-la às suas exigências quanto ao processamento (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 10, outubro de 1987). Indica as cultivares a serem adotadas, selecionadas de acordo com a coloração dos frutos, grau de acidez, teor de sólidos solúveis, resistência a pragas e doenças. As sementes são vendidas (seu custo é posteriormente descontado no pagamento da primeira entrega), mas a indústria as fornece de forma meticulosa, controlando quantidade e data de entrega, de acordo com cronograma de recebimentos da produção. Além disso, procura, ainda, fornecer variedades de fruto tipo piriforme (em forma de pera), visando

GRÁFICO 01 – SÃO PAULO – MÉDIAS ANUAIS DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE TOMATE INDUSTRIAL – 1981 A 1989 – (NCz$/t)



1 Preços corrigidos pelo IGP-DI, para julho de 1989;
2 a média referente a 1989 foi calculada com base nos preços de abril a julho.



com isto dificultar o desvio do produto para o mercado **in natura**. Ficam definidas igualmente, a área a ser cultivada e a produtividade física esperada, sendo que a indústria se compromete apenas a comprar a produção correspondente à área contratada. Acima deste patamar, a aquisição pode ou não ocorrer, dependendo da necessidade de matéria-prima na ocasião (e, neste caso, os preços ficam sujeitos a deságio). O preço-roça estabelecido no contrato é a base sobre a qual se calculam os prêmios ou os descontos da matéria-prima. O lote de tomate tipo **Standard** (10% a 20% de defeitos graves) recebe o preço-base e o lote do tipo **Especial** (0% a 10% de defeitos graves), recebe 10% sobre este valor. Abaixo do tipo **Standard** estão ainda quatro categorias, que têm os descontos aumentados proporcionalmente ao aumento da tolerância a defeitos graves. Em relação à forma de pagamento, também definida no contrato, há predominância da utilização de **Nota Promissória Rural (NPR)**, tanto em **São Paulo**, quanto no **Nordeste**, sendo que esta condição também é desfavorável ao agricultor. Além de não ser um paga-

QUADRO 04 – SÃO PAULO – PREÇOS MÉDIOS PAGOS PELA INDÚSTRIA PELO TOMATE INDUSTRIAL – 1981 A 1989 – (NCz$/t)

MÊS	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Janeiro	...	232,85	218,55	142,06	158,69	251,93	207,30	118,72	...
Fevereiro	...	274,46	238,34	295,19	200,13	299,52	224,06	137,33	...
Março	...	273,35	234,47	281,30	206,67	...	194,84	...	...
Abril	...	278,62	227,36	253,55	227,00	...	172,12	160,05	118,25
Maio	...	274,86	227,12	252,17	272,84	177,03	157,25	141,75	157,30
Junho	213,92	255,79	199,67	232,98	253,66	173,88	163,85	129,91	124,09
Julho	233,44	245,58	176,30	227,26	252,60	172,11	153,60	134,55	120,00
Agosto	212,20	237,10	185,82	223,18	237,90	170,51	152,36	109,47	...
Setembro	227,92	225,39	183,20	207,84	224,36	168,67	153,24	102,16	...
Outubro	232,68	232,28	169,75	195,03	231,90	166,35	146,82	118,92	...
Novembro	235,80	212,84	163,90	190,49	211,17	164,46	140,87	115,51	...
Dezembro	215,12	217,67	155,71	176,62	203,48	154,83	130,19	...	...

FONTE – Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.
OBS.: Preços corrigidos pelo IGP-DI, para julho de 1989.

mento à vista, o produtor alega encontrar dificuldades no desconto dos títulos, face à necessidade do cumprimento de algumas exigências feitas pelos bancos como, por exemplo, a manutenção de saldo médio. No que diz respeito ao frete, é pago pela indústria, embora, em **São Paulo**, o produtor seja responsável pela contratação do transporte, à vista de razões fiscais.

A suposição de que, frente a este elevado grau de subordinação da produção agrícola ao setor industrial, deva existir razoável contrapartida em termos de vantagens para os agricultores, com o intuito, obviamente, de os manter na atividade, não se confirma, portanto, em alguns aspectos. Embora a manutenção do nível de integração alcançado beneficie os dois setores (à indústria interessa o fornecimento regular de matéria-prima de boa qualidade e, ao produtor, a garantia de escoamento da safra a preços conhecidos e estáveis), as desvantagens que recaem sobre a produção agrícola têm conduzido a certa fragilidade deste sistema de vinculação intersetorial. Nos últimos três anos, tanto em **São Paulo** como no **Nordeste**, as negociações anuais de preços foram infrutíferas e não levaram a consenso. Na inexistência de acordos formais, as empresas passaram a estabelecer os preços de forma unilateral, em patamares que os produtores unanimemente consideraram bastante insatisfatórios (ver Quadro 04). Como a determinação dos preços é feita em bloco, pelas indústrias, articula-se uma espécie de **cartel**, que tende a pagar o mínimo possível ao produtor. Apenas para ilustrar, observa-se que esta tendência à redução da **margem** do **Setor Agrícola** induziu a verticalização da produção nos principais países produtores, como os **EUA, Itália** e **Grécia.**

A fixação de preços à matéria-prima nivelados "por baixo", com base apenas nos custos agrícolas, é sempre vantajosa para a indústria, no que diz respeito à sua própria estrutura de custos, considerando que seu poder de determiná-los é indiscutivelmente maior. Por outro lado, ao estreitar a margem de lucro, tende a desestimular os produtores que conseguem baixas produtividades, o que sugere a intenção de selecionar fornecedores com grau de eficiência produtiva maior. No caso de **São Paulo**, onde parece não haver maior interesse em expandir o parque processador, a produção se encontra estagnada há vários anos (ver Quadro 03), embora o estado registre ganhos crescentes no rendimento físico médio. O desestímulo com a comercialização foi o principal responsável pelo declínio na área cultivada, observado, sobretudo, a partir de 1984, provocado pela substituição da lavoura, principalmente por parte dos agricultores que não colhiam o suficiente para sustentar rentabilidade satisfatória. Nas **Dira** de **Araçatuba, Ribeirão Preto, Presidente Prudente** e **São José do Rio Preto** que, atualmente, respondem por cerca de 80% da produção estadual e onde a pecuária de corte tem grande expressão, o tomate industrial cedeu espaço, ao longo da década de 80, para as culturas da cana-de-açúcar e laranja, cuja expansão havia sido altamente estimulada pelo mercado (laranja) e por subsídios (cana).[3] Registre-se, ainda, que, em geral, o produtor paulista não cultiva apenas o tomate, apresentando produção altamente diversificada. Entre as principais lavouras exploradas destacam-se a soja, milho, feijão, amendoim, algodão, a fruticultura e outras olerícolas.

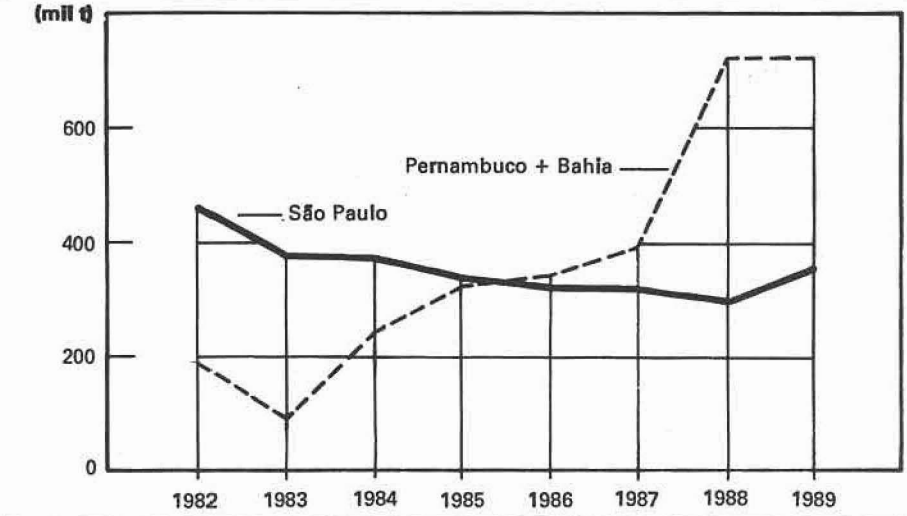
3 **Farina, Elisabeth M. M. Querido; Cyrillo, D. Cavallini – "Padrões de Comercialização de Tomate Industrial no Estado de São Paulo". Fipe, São Paulo, 1986.**

Grosso modo, esta diversificação tenderia a beneficiar o produtor nas negociações de preços e conjugar-se-ia ao fato de as lavouras paulistas estarem mais sujeitas às perdas de safra, em virtude de razões climáticas, para promover a transferência da produção no sentido de regiões mais favoráveis, conforme ocorreu em relação ao **Nordeste.** Lá, devido a restrições de mercado, o agricultor tem menores alternativas de produção.

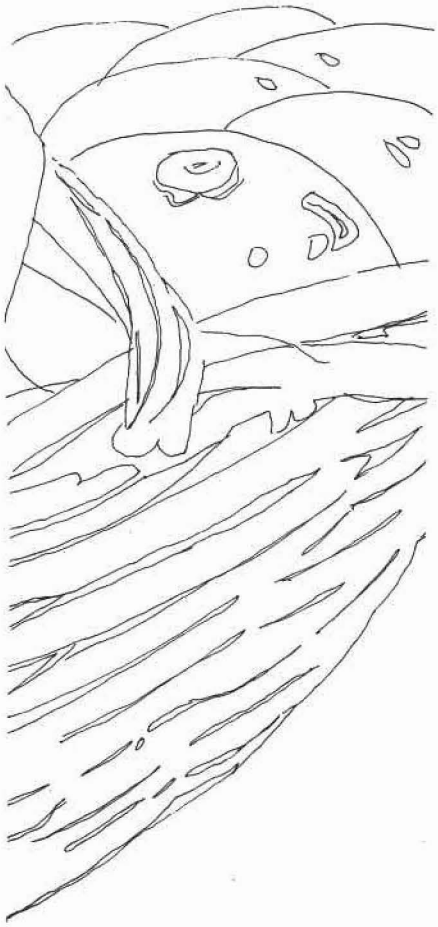
Entretanto, apesar das inúmeras vantagens que a produção nordestina tem sobre a de **São Paulo**[4], fontes ligadas à indústria já admitem a necessidade de se estudarem novas regiões de expansão, em especial o cerrado, face às limitações existentes no **Vale do São Francisco,** relacionadas à contaminação crescente das lavouras e a problemas operacionais determinados pela insuficiência de mão-de-obra e frota de caminhões em épocas de colheita. Para se ter uma idéia, no ano passado, os produtores daquela região estimaram perda de 60 mil t, em razão de dificuldades no escoamento da safra. A produção obtida no **Vale** foi recorde, cerca de 430 mil t, segundo dados da **Associação dos Produtores de Tomate do Submédio São Francisco (Asproto).** Como o plantio ocorreu de forma concentrada, devido ao atraso na liberação do crédito rural, o recebimento da produção foi tumultuado, ressaltando as deficiências na organização do processo de comercialização. Segundo a **Associação,** houve escassez de caixas e de caminhões para transportar a produção, além de o aumento da produtividade média de 35 t/ha para 45 t/ha não ter sido absorvido pelas fábricas. As indústrias que operam na região têm capacidade instalada para esmagar cerca de 3.850 t/dia e, em 1988, quando trabalharam a plena capacidade, processaram cerca de 330 mil t de matéria-prima, estimando-se que, da produção total do **Vale** em 1988, cerca de 10% foram desviados para o mercado do fruto **in natura.** Portanto, os ganhos em produtividade, em 1988, converteram-se em perdas físicas por restrições diversas no escoamento da safra.

O Gráfico 02 permite observar o crescimento da importância, ao longo da década de 80, das regiões produtoras localizadas na **Bahia** e em **Pernambuco,** atualmente responsáveis por cerca de 60% da produção total de tomate rasteiro, segundo as informações oficiais disponíveis. A busca de novas áreas de expansão, no entanto, ressalta o dinamismo que o capital industrial tem conferido à atividade, tornando-a passível de

GRÁFICO 02 – TOMATE INDUSTRIAL – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES – PERNAMBUCO + BAHIA E SÃO PAULO – 1982–1989



FONTE – Emater-BA, Emater-PE, IEA (SP).
1 Os dados de 1988 e 1989 são preliminares.



4 Podem-se citar, entre as mais importantes, os incentivos governamentais, o custo de produção mais baixo, devido ao menor custo da mão-de-obra e poucas pulverizações com agrotóxicos (o clima seco da região do submédio **São Francisco** faz diminuir a incidência de doenças fúngicas e bacterianas, além de favorecer a obtenção de frutos de melhor qualidade, com maior teor de sólidos solúveis). Outro aspecto relevante estaria relacionado ao menor custo do frete, quando a produção industrial é destinada ao mercado externo, considerando os **EUA** e o **Canadá** como principais compradores.

rápidas modificações, sobretudo no que se refere às variações da participação relativa das diversas regiões produtoras no total da produção.

A existência de uma demanda dinâmica e crescente por derivados de tomate, tanto internamente, quanto no mercado internacional, certamente influenciará positivamente no comportamento da produção nos próximos anos. Note-se que, no período de 1982 a 1987, a produção cresceu à taxa média anual relativamente modesta quando praticamente acompanhou as necessidades do mercado interno (e por vezes se mostrou insuficiente, tendo sido necessário efetuar importações esporádicas de pasta de tomate). No momento, as perspectivas quanto ao mercado externo se mostram bastante favoráveis. Há tendência de redução na oferta mundial de tomate para esmagamento (ver Quadro 05), provocada pelo declínio sistemático na área cultivada de alguns dos principais países produtores. Nos **Estados Unidos da América**, este declínio parece estar relacionado ao elevado custo da terra e da mão-de-obra, que estaria afetando a rentabilidade da

QUADRO 05 – PAÍSES SELECIONADOS – PRODUÇÃO DE TOMATE PARA FINS INDUSTRIAIS (em mil t)

PAÍS	1986	1987	1988[1]
EUA	6.707	6.892	6.637
Itália	3.240	3.100	2.900
Grécia	1.149	976	1.156
Turquia	700	900	1.050
Espanha	618	743	760
Canadá	475	477	490
Portugal	547	427	452
França	242	239	310
México	300	271	282
Formosa	384	278	207
Israel	186	177	145
TOTAL	14.548	14.480	14.389

FONTE – USDA.
1 Estimativa.



cultura e desestimulando os produtores. Por sua vez, as reduções de área plantada observadas nos últimos anos nos principais produtores europeus, como **Itália, Grécia, Espanha** e **Portugal**, podem ser atribuídas à política de eliminação gradual dos subsídios à produção pela **Comunidade Econômica Européia**. Com a diminuição da oferta mundial de tomate para processamento, os estoques internacionais de passagem, de pasta de tomate, encontram-se, atualmente, bastante reduzidos, propiciando **aquecimento** das cotações internacionais, no momento em fase de alta (em 1988, as cotações variaram de US$ 800 a US$ 1.040 t/**fob-Califórnia**; enquanto em 1989, há uma oscilação entre US$ 1.040 e US$ 1.100/**fob-Califórnia**). A pasta de tomate é, de um modo geral, o principal produto comercializado internacionalmente. Como é semi-industrializada, é reprocessada posteriormente para fabricação de extratos, sucos e purês. A dimensão de seu comércio internacional é da ordem de 700 mil t anuais[5] (em 1988, foram exportadas cerca de 765 mil t, das quais 78% corresponderam às exportações da CEE). Constituem importante mercado importador de pasta de tomate, o **Japão** e os **EUA**, absorvendo, em média, cerca de 110 mil t anuais.

A ampliação do total das exportações brasileiras de derivados de tomate está condicionada, entre outros fatores, ao aumento da produção interna de matéria-prima e à eliminação dos subsídios concedidos pela CEE à produção agrícola e às próprias fábricas processadoras, que fazem com que o custo de produção da indústria européia seja bastante inferior ao da indústria brasileira, reduzindo-lhe muito a competitividade. Além disso, o **Brasil** apresenta desvantagens com relação ao custo do frete, no caso de competição com a CEE pelos mercados localizados na **África** e **Oriente Médio**. Desta forma, EUA e **Canadá**, países para os quais não existe esta desvantagem, constituem importantes mercados potenciais para o **Brasil**. Segundo a **Cacex**, o **Brasil** exportou, em 1987, cerca de 4.720 t de pasta de tomate. Em 1988, estas exportações cresceram para 21.051 t. De janeiro a junho deste ano, a **Cacex** registrou 6.217 t enviadas ao exterior.

5 Este dado considera apenas **Turquia, Israel, México, Formosa** e os países membros da **Comunidade Européia**. Outros países exportadores não incluídos, como o **Chile** e o **Brasil**, têm aumentado progressivamente sua participação no mercado.

TRIGO

As perdas das lavouras são menores do que se imaginava. Mesmo assim, haverá maiores importações, em 1989.

A safra deste ano apresentou algumas surpresas favoráveis. Primeiramente, há que registrar não ter a área de plantio diminuído tanto quanto se supunha (ver Quadro 06). Posteriormente, há que citar o bom desenvolvimento das lavouras, em linhas gerais, quando se tinha como certa a diminuição no cuidado com os tratos culturais, diante do atraso no pagamento da safra passada e dos entraves nas vendas da soja, no primeiro semestre, além do próprio retardamento no calendário agrícola.

Este mês, os trigais parecem estar surpreendendo, mais uma vez. Afinal, após mais de duas semanas de fortes chuvas e vendavais em importantes zonas de produção, os danos, pelo menos em termos quantitativos, não estão sendo tão sérios como se imaginou, até meados de setembro. Ainda é difícil quantificar as perdas e vários agricultores queixaram-se de germinação na própria espiga.



No **Paraná**, principal estado produtor, a região Norte encerra sua colheita na última semana do mês e as perspectivas, há pouco consideradas negras, não se estão confirmando. A região Oeste termina de colher no início de outubro e o Centro-Sul, em novembro/dezembro. Segundo o **Detrig**, a expectativa para o rendimento físico médio dos trigais, antes das chuvas, chegava a 3.300 kg/ha e, atualmente, são esperados 2.900 kg/ha. Em termos de qualidade, tam-

QUADRO 06 – TRIGO – SAFRAS DE 1988 E 1989

UF	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO FÍSICO (kg/ha)	
	1988	1989	1988	1989	1988	1989
PR	1.775.000	1.925.000	3.250.000	3.368.750	1.831	1.750
RS	1.051.188	747.611	1.605.043	1.151.000	1.527	1.540
MS	344.283	317.915	410.183	390.327	1.191	1.228
SP	193.946	219.300	358.137	355.800	1.847	1.622
SC	99.880	96.000	89.344	115.200	895	1.200
MG	9.520	8.884	27.344	22.371	2.872	2.518
GO	1.794	1.000	4.460	2.870	2.486	2.870
MT	504	70	645	108	1.280	1.543
DF	173	20	514	60	2.971	3.000
Outras	4.130	995	5.549	541	1.344	544
BRASIL	3.480.418	3.316.795	5.751.219	5.407.027	1.652	1.630

FONTE – IBGE.

QUADRO 07 – BRASIL – IMPORTAÇÃO DE TRIGO – 1978/1988 – (em mil t)

ORIGEM	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Argentina	441	1.972	–	285	–	115	802	685	550	1.087	952,5
Canadá	1.221	553	1.800	935	1.250	1.500	1.500	1.000	750	759	–
EUA	2.254	1.255	2.799	2.650	2.720	2.376	2.508	1.683	594	99	–
França	284	–	–	130	135	–	–	100	125	555	–
TOTAL	4.200	3.780	4.599	4.000	4.105	3.991	4.810	3.468	2.019	2.500	952,5

FONTE – Junta Deliberativa do Trigo.

bém se espera redução, passando da média dos últimos anos, de **PH 82**, para **PH 76**, o que acarretará menor remuneração para o produtor.[1]

No **Rio Grande do Sul**, houve vendavais localizados que provocaram perdas totais, compensadas, contudo, no total, pelo bom desempenho registrado em outros pontos do estado, onde a produtividade chega a ultrapassar os 2.000 kg/ha. De acordo com o **Detrig-RS**, a previsão inicial de rendimento médio de 1.500 kg/ha, que se considerou de difícil obtenção até recentemente, voltou a ter validade. No que se refere à produção total gaúcha, aquele órgão a estima, hoje, entre 1,1 milhão de t e 1,2 milhão de t.

Os estados de **Mato Grosso**, **São Paulo** e **Mato Grosso do Sul** também encerram suas colheitas no começo de outubro. Em **Mato Grosso**, das 420 mil t esperadas, cerca de 380 mil t já tinham sido colhidas até fins de setembro.

O **Banco do Brasil** vem considerando que as perdas globais da safra situam-se entre 8% e 10% (em dado momento, consideraram-se perdidos 30% da produção), o que resultaria em colheita de aproximadamente 4,8 milhões de t.

1 O peso hectolítrico 78 é considerado padrão para a compra da safra e cada acréscimo unitário obtido em relação a ele é **premiado** com ágio de 1%. Há deságio equivalente para cada unidade a menos.

As compras efetuadas até a última semana de setembro somam 600 mil t: 340 mil t no **Paraná** e 260 mil t no **Mato Grosso do Sul**. A qualidade é fraca, com média de **PH 75**.

Aliás, ainda será necessário definir a liberação dos recursos necessários às aquisições de outubro, extremamente importante para a capitalização do produtor rural, com vistas ao plantio de verão. A questão do financiamento da atividade, tanto no que se refere ao custeio, quanto à comercialização, tem sido sério **gargalo**, este ano (ver **Agroanalysis**, volume 13, números 4 e 6, abril e junho de 1989). De acordo com a **Companhia de Financiamento da Produção**, "se toda a safra fosse comercializada no mês de setembro, seriam necessários, aproximadamente NCz$ 2,5 bilhões para a aquisição". Contudo, o orçamento estabeleceu tão-somente NCz$ 1,57 bilhão (foram gastos mais de NCz$ 900 milhões até fins de agosto) para todas as despesas da conta trigo, em 1989. Como não se avançou no processo de privatização da comercialização, há grandes dúvidas quanto ao que será feito, nos próximos meses.

Para os produtores, outro problema se configurou, nesta safra. Até há pouco, o governo federal, através do **Banco do Brasil**, financiava o plantio de 90% da área coberta pelo trigo. Nesta safra, coube ao **Banco** apenas cerca de 40% daquela extensão e, como a cobrança dos empréstimos se fazia a partir de novembro, havia maior tranqüilidade para o agricultor. Este ano, as cooperativas preencheram o vácuo deixado pelo **Banco do Brasil**, mas o vencimento foi antecipado.

Diante de tantos problemas, é certo que as importações voltarão a aumentar, proximamente. O consumo brasileiro foi de cerca de 7 milhões de t, em 1988 e, este ano, a **CFP** o estima em 7,6 milhões de t, com importações de 1 milhão de t.

Vê-se, aliás, que o acordo de fornecimento assinado com a **Argentina**, em 1986 (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 9, setembro de 1988) não está sendo cumprido, mais uma vez, por ter fixado quantidades mínimas muito elevadas. Pelos seus termos, o país receberia 1.375.000 t, em 1987; 1.450.000 t, em 1988; e 1.550.000 t, em 1989 (em 17/07/87, o acordo foi estendido até 1993, com compras, a partir de 1991, de 2 milhões de t por ano). As importações efetivas estão apresentadas nos Quadros 07 e 08. É interessante observar que, no atual processo de aproximação das economias dos países sul-americanos, os triticultores argentinos recuperaram posição perdida há mais de trinta anos no mercado brasileiro, deslocando principalmente a produção de origem norte-americana, que os superou, nos anos cinqüenta.

Outro país com que o **Brasil** mantém acordo nesta área é o **Canadá**, que o renovou em 6 de setembro.

QUADRO 08 – BRASIL – IMPORTAÇÃO[1] DE TRIGO – 1989 – (em t)

ORIGEM	DATA	FORNECEDOR	QUANTIDADE (t)	EMBARQUE	US$/t-fob
Argentina	04/01	Coinsa	32.105	fevereiro	161,50
Argentina	04/01	Nichimen	29.474	março	161,99
Argentina	27/04	Tradigrain	40.000	junho	162,95
Argentina	06/06	Cargill	30.000	julho	164,10
Argentina	06/06	Coinsa	30.000	julho	164,10
EUA	05/07	Louis Dreyfus	33.000	agosto	171,54
EUA	11/07	Cargill	33.000	agosto	169,41
EUA	25/07	Mitsui	33.000	setembro	165,39
EUA	23/08	Mitsui	33.000	outubro	169,95

FONTE – Junta Deliberativa do Trigo.

[1] Outras importações, diretamente da Junta Nacional de Granos, da Argentina, através do Acordo, foram: 175 mil t, em 11/01, por US$ 161/t, para embarque em fevereiro; 175 mil t, também em 11/01, por US$ 163/t para embarque em março e 195 mil t, em 17/05, por US$ 164/t, para embarque em junho. O acordo com o Canadá, assinado em 06/09, trará mais 100 mil t, por US$ 168,17, com embarque em outubro de 1989

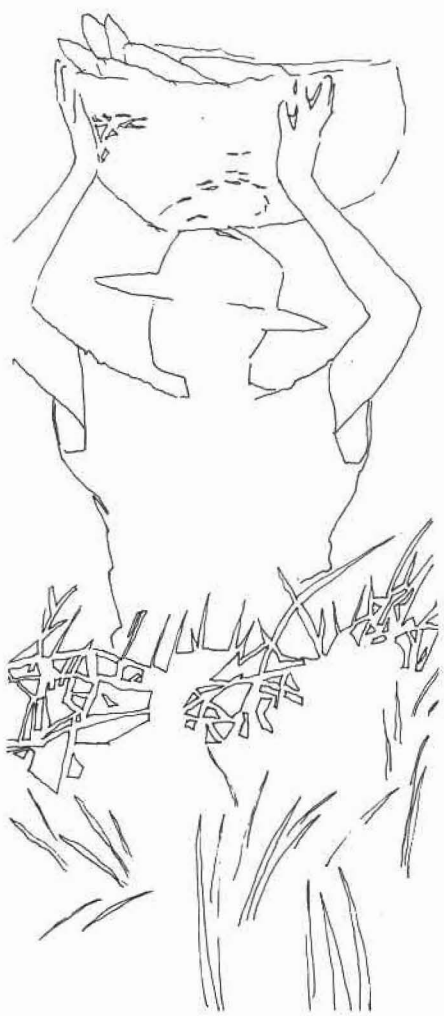
QUADRO 09– BRASIL – PREÇO DE VENDA DO TRIGO EM GRÃO AOS MOINHOS – 1989 – (NCz$/t)

DATA DA PORTARIA	VIGÊNCIA	PREÇO/t
29/12/88	02/01/89	Cz$ 172.121
06/01	09/01	Cz$ 188.788
17/01	16/01	188,78
26/05	29/05	217,10
23/06	26/06	260,50
14/07	17/07	325,20
11/08	14/08	419,00
1º/09	04/09	578,20
15/09	18/09	693,80

FONTE – Sunab.

O fim daquele texto ocorreu em 1988, quando deveriam ter sido embarcadas 750 mil t de trigo canadense para os portos brasileiros. A forte estiagem que assolou a **América do Norte**, no entanto, desfalcou a produção tritícola daquele país, que preferiu atender a outros compradores. A quantidade acima mencionada foi, agora, escalonada para entrega até 1991.

Segundo o **Detrig**, o **Canadá** é fornecedor altamente confiável e é



interessante manter o compromisso, ainda mais quando se esperam maiores compras brasileiras, a partir do ano que vem.

Com efeito, a indefinição do processo de comercialização do trigo, no país, e os problemas sempre surgidos com o subsídio (cuja extinção foi mais uma vez anunciada, com a recente majoração do preço de venda aos moinhos, conforme apresentado no Quadro 09) não parecem estar afetando o consumo tanto quanto se esperava (reduziu-se de 7,8 milhões de t, em 1986, para 7,2 milhões de t, em 1987 e 6,96 milhões de t, no ano passado). A CFP calcula o estoque inicial desta safra (1º/01/89) em 6,38 milhões de t e ainda estima a produção em 5,35 milhões de t. Somando-se a isto 1 milhão de t importadas, e deduzindo-se as 7,58 milhões de t do consumo anual, a presente safra legaria ao ano que vem 5,15 milhões de t. Trata-se de boa reserva, que, somada às importações acordadas e, possivelmente, outras mais, terá de suprir o mercado até o final de 1990, sem que se possam antecipar quaisquer soluções para os muitos problemas com que se defronta a triticultura brasileira.

CACAU: EXCESSO DE PRODUÇÃO NOS PRÓXIMOS ANOS

Os recentes desenvolvimentos na oferta, demanda e níveis de estoques caracterizarão a situação do mercado de cacau, nos anos vindouros, como de contínuo excesso de produção e queda nos preços. Observam-se recordes sucessivos nas safras, crescimento no consumo e aumento continuado nos estoques, com incrementos que representam excedente da produção sobre o consumo (Quadro 10).

Em conseqüência, os preços provavelmente continuarão a cair nos próximos cinco anos, à medida que



os níveis mundiais de estoques continuem a se elevar. Segundo relatório de **The Economist Intelligence Unit**, até 1992/93, o preço indicativo da OICC deverá alcançar US¢ 54 libra-peso, em valores correntes do dólar, 34% menor do que o preço vigente em 1987/88.

Como se observa no Quadro 11, a produção mundial de cacau exibe crescimento, à taxa de 3,5% entre 1974/75 e 1984/85 e de 3,6%, entre 1988/89 e 1992/93. A produção mundial aumentou de 1,55 milhão de t, em 1974/75 para 1,96, em 1984/85 e

QUADRO 10 – CACAU – SITUAÇÃO MUNDIAL DA OFERTA[1], DEMANDA[2], ESTOQUES E PREÇOS – 1979/80 A 1988/89

ANO	PRODUÇÃO (mil t)	MOAGEM (mil t)	SUPERAVIT OU DEFICIT[3] (mil t)	ESTOQUE FINAL[4] (mil t)	ESTOQUE REGULADOR (mil t)	ESTOQUE COMO PERCENTUAL DA MOAGEM	PREÇO US$/t	PREÇO DES[5]/t
1979/80	1.626	1.489	+ 121	529	–	35,5%	2.826	2.165
1980/81	1.660	1.598	+ 45	574	–	35,9%	2.099	1.737
1981/82	1.734	1.592	+ 125	699	100	43,9%	1.867	1.660
1982/83	1.523	1.630	– 122	577	100	35,4%	1.949	1.812
1983/84	1.513	1.740	– 242	335	100	19,2%	2.412	2.320
1984/85	1.945	1.836	+ 90	425	100	23,4%	2.222	2.234
1985/86	1.962	1.864	+ 78	503	100	27,0%	2.149	1.886
1986/87	1.997	1.962	+ 73	576	175	30,3%	2.024	1.607
1987/88	2.200	1.998	+ 180	756	250	37,8%	1.706	1.269
1988/89	2.402	2.069	+ 309	1.065	250	51,5%		

FONTE – OICC e Gill & Duffus.

[1] **A oferta é, em cada ano, igual à produção do ano mais o estoque final do ano anterior;**

[2] **a demanda é representada pela moagem;**

[3] **diferença entre a produção anual (após desconto de 1% no seu peso) e a moagem daquele ano;**

[4] **os estoques finais, a cada ano, são resultantes do acréscimo do superavit ou deficit anual aos estoques existentes no ano anterior;**

[5] **Direitos Especiais de Saque (FMI).**

alcançará 2,33 milhões de t, no final de 1988/89, devendo atingir 2,58 milhões de t, em 1995.

O consumo **per capita** será influenciado, em maior grau, pela renda **per capita**, do que pelos preços. Os atuais níveis de baixos preços resultarão em alta taxa de crescimento do consumo nos próximos anos, porém não tão elevada que possa alterar o rumo das cotações. Estudo de **The Economist**[1] prevê que o consumo crescerá à média de 3,7% ao ano, até 1992/93, mais elevada do que a média histórica de 2,2%. Conclui, também que, na ausência de quaisquer mudanças substanciais no preço da matéria-prima ou da indústria chocolateira, haverá continuidade dessa tendência, principalmente se a ascensão do consumo de chocolate em barra prosseguir. Até 1992/93, o consumo mundial, medido em termos de moagem, deverá alcançar 2,4 milhões de t, em comparação com as 2 milhões de t, em 1988/89.

QUADRO 11 – CACAU – PRODUÇÃO DE PAÍSES SELECIONADOS – 1975-1995
(em mil t)

PAÍS	ANO COMERCIAL				
	1974/75	1984/85	1988/89	1992/93[1]	1994/95[2]
Brasil	273	412	345	480	520[3]
Camarões	118	120	125	140	130
Equador	78	120	85	110	80
Gana	377	175	305	240	275
Costa do Marfim	242	565	780	700	790
Malaísia	13	93	240	300	350
Nigéria	214	151	160	150	175
Indonésia	3	22	65	75	nd
Outros	231	301	297	115	260
Mundo	1.549	1.959	2.326	2.310	2.580
Taxa anual de crescimento	–	3,5%	–	3,6%	2,2%

FONTE – **Bateman – World Cocoa Market Environment, Potential Surpluses and Producer Options 1990-2000, OICC**, junho de 1989; **Gill & Duffus – Cocoa Market Report**, junho de 1989; **OICC – Cocoa Statistics**, março de 1989. **The Economist, Cocoa to 1993 – A Commodity in Crisis; EIU**, Londres, 1989.

1 **Previsão de** The Economist;

2 **previsão de** Bateman;

3 **previsão da** Ceplac.

O Quadro 12 apresenta previsões para produção, consumo, estoques, **ratio** de estoques/moagem e preços para o período 1989/90 a 1994/95, em dois cenários: a) ocorrência de boas condições climáticas e b) ocorrência de secas em 1990 e 1995.

As previsões de **Bateman** sugerem que os estoques mundiais continuarão a se elevar. Em conseqüência, os excedentes, (ver Gráfico 03), deverão passar de 1 milhão de t, em 1987/88 (equivalente a seis meses de moagem) para 1,6 milhão de t (mais do que oito meses de consumo), no final de 1992/93, de acordo com **The Economist Intelligence Unit.**

Todavia, devem ser tomadas precauções na interpretação dos dados do referido gráfico, uma vez que nem todo cacau que se supõe estar armazenado estaria disponível para o mercado, a curto prazo. Mesmo assim, a elevação da **ratio** estoques/moagem é indicativa de decréscimo nos preços. No longo prazo, o mercado terá de **carregar** esses excedentes, ao custo do rebaixamento nos preços. Cerca de 1 milhão de t permanecem nos países maiores consumidores, principalmente nos da **Europa**, sendo que 250 mil t constituem o Estoque Regulador do **Acordo Internacional do Cacau** e o restante está em poder de grandes empresas. Cerca de 200 mil t estão armazenadas, sob acordo bilateral entre a **Costa do Marfim** e **Sucres et Denrées (Sucden)** e, finalmente, 280 mil t foram adquiridas em junho, pela **Phibro, à Costa do Marfim.** Recentemente, no dia 04/08/89, notícias foram veiculadas, afirmando que a **Costa do Marfim** vendera 500 mil t, da safra 1989/90, à **Phibro.** Não considerando os estoques do **Aicacau** e aqueles controlados por **Sucden** e **Phibro,** ainda permanecem cerca de 300 mil t livres. Os níveis atuais totais, aproximadamente 1 milhão de t, referentes a 1988/89, equivalem a mais de seis meses de moagem, e são os mais elevados níveis, em termos de **ratio** estoques/consumo, desde 1964/65, quando equivaliam a oito meses de moagem.

Curto Prazo – Proposta de Retirada de 300 mil t

A opção mais adequada e oportuna para promover rápida e substancial recuperação dos preços internacionais, no curto prazo, seria a retirada de quantidade razoável do mercado, dando-se-lhe destinação para uso humano, por populações tradicionalmente não-consumidoras. Esta alternativa poderá produzir benefício financeiro, se for feita em ação conjunta, mutuamente combinada, planejada e harmoniosamente decidida, pelos países produtores, sob a tutela ou não do **Acordo Internacional do Cacau.** Atente-se que há grandes

1 **The Economist Intelligence Unit – Cocoa to 1993 – A Commodity in Crisis. EIU,** Londres.

QUADRO 12 – CACAU – PREVISÃO DE PRODUÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES, RATIO ESTOQUE/MOAGEM E PREÇOS – 1989/90 A 1994/95 – (em mil t)

ANO	PRODUÇÃO	CONSUMO	ESTOQUE	RATIO ESTOQUE/ MOAGEM	PREÇO (libra/t)
a) boas condições climáticas					
1989/90	2.310	2.142	1.162	0,54	949
1990/91	2.400	2.232	1.306	0,58	885
1991/92	2.450	2.355	1.376	0,58	921
1992/93	2.500	2.443	1.408	0,58	973
1993/94	2.540	2.532	1.391	0,54	1.072
1994/95	2.580	2.606	1.339	0,51	1.207
b) 2 anos de seca					
1989/90	2.010	2.142	865	0,40	1.350
1990/91	2.400	2.208	1.032	0,47	1.156
1991/92	2.450	2.339	1.119	0,48	1.169
1992/93	2.500	2.365	1.229	0,52	1.102
1993/94	2.540	2.467	1.277	0,52	1.151
1994/95	2.280	2.547	987	0,39	1.688

FONTE – Bateman, M. World Cocoa Market Environment, Potential Surpluses and Producer Options 1990-2000. OICC, junho de 1989.

problemas políticos e organizacionais entre os obstáculos para a exeqüibilidade da idéia.

Espera-se que a retirada de 300 mil t do mercado, em 1988/89, possa elevar os preços em 400 libras esterlinas, ou US$ 650/t, em 1990. Esta presunção é baseada no fato de que a redução do excesso de produção sobre o consumo (309 mil t) do corrente ano (Quadro 10) trará como conseqüência redução na **ratio** estoques/moagem. Uma vez que o preço é sensível àquela relação ter-se-ia, como resultado, um incremento das cotações.

O consenso dos países produtores – refletido em uma ação conjunta de retirada do excesso – **assustaria** o mercado (consumidores), principalmente no que se refere ao risco de descontinuidade do fluxo de matéria-prima (amêndoa) para a indústria (moageira e chocolateira). Como conseqüência, esta tenderia a aumentar seu **cover** (estoques de segurança para manutenção do fluxo normal de produção), o que se transformaria em aumento da demanda (por estoques) e conseqüente elevação de preços.



Vale ressaltar que, no momento, os fundamentos do mercado mundial são propícios a esta ação, em razão da **guerra** entre a **Phibro** que, recentemente, adquiriu grande quantidade de cacau da **Costa do Marfim** (280 mil t, da safra 1988/89 e 500 mil t, para a safra 1989/90) e **Sucden, traders** e moageiros. Estas vendas à **Phibro**, adicionadas às anteriores 200 mil t, vendidas à **Sucden**, tornaram possível àquelas empresas controlarem um novo estoque regulador de amêndoas, quase o quádruplo daquele controlado pela OICC, grande o bastante para neutralizar o excedente de 309 mil t, de 1988/89.

Assim, o eventual sucesso ou falha na sustentação das cotações dependerá de estratégia que seja coerente com aquela seguida pelos grandes grupos internacionais, aliás poucos, que controlam os estoques e que possa provocar, também, uma mudança na tendência dos preços futuros.

Os estoques detidos pela **OICC, Sucden** e **Phibro** tornam o mercado ainda mais vulnerável à ação unilateral, ou não, dos produtores, em termos de retirada adicional de 300 mil t. Se estas fossem retiradas, a atual safra internacional (1988/89) seria transformada em safra deficitária. Ora, o mercado costuma reagir acentuadamente, dependendo de a safra ter excesso ou **deficit**, em termos de mudanças de preços. Daí, a justificativa de se retirarem exatas 300 mil t e não menor quantidade.

A retirada (e, pois, redução da disponibilidade) de alguns tipos de cacau (ex: **Gana**) provavelmente criaria diferenciais (prêmios) pagos a este tipo no mercado físico (diferenciais são **ágios** definidos em relação ao preço, no mercado futuro). Esta

situação ocorreu em outubro-dezembro de 1988 e início de 1989 com o produto de origem africana, notadamente de **Gana**, em função da política restrita de vendas da **Costa do Marfim** (Gráfico 02).

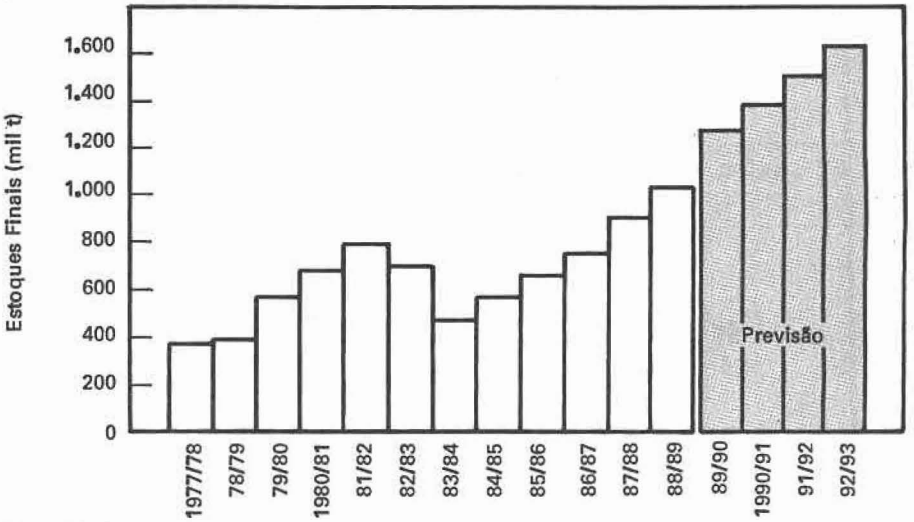
O mesmo ocorreu com o cacau brasileiro neste período, com a indústria pagando, internamente acima do preço de **Londres** e **Nova Iorque**. Como conseqüência, sua margem caiu drasticamente.

Assim, a idéia de se poderem criar diferenciais (prêmios) a certos tipos, mediante ação conjunta de retirada – que certamente seria benéfica aos países produtores – aponta as seguintes questões:

1) há que se compatibilizar este processo de benefício ao produtor com os interesses da indústria brasileira de processamento, ou seja, "não despir um santo para vestir outro". Uma forma de se fazer isto é retirar do mercado o produto daqueles países que não dispõem de indústria de porte (ex: **Gana**). Obviamente, espera-se que estes diferenciais eventualmente se reflitam no mercado futuro, elevando o preço do cacau, como um todo e, não, beneficiando apenas aquele tipo específico (ex: **Gana**);

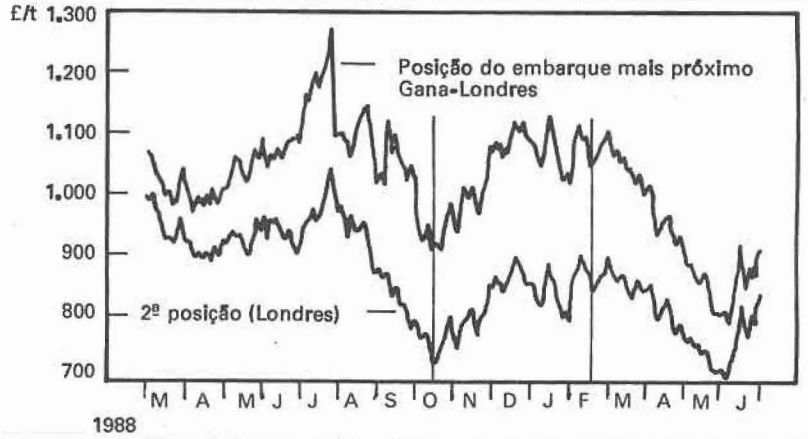
2) existe a questão da substituição de um tipo por outro, como resultado dos diferenciais e, portanto, dos preços relativos. Os altos prêmios pagos ao cacau africano no final de 1988, induziram, após algum tempo, a indústria chocolateira a substituí-lo pelo da **Malásia**, apesar de sua qualidade inferior. Isto porque, se, no curto prazo, a indústria se dispõe a pagar mais caro pelo produto tradicionalmente utilizado na sua receita de chocolate, a médio e a longo prazos ela opta por mudar a fórmula e adaptá-la ao novo cacau disponível. Em termos microeconômicos, isto significa que a elasticidade de substituição é mais elevada no longo prazo, dado que a tecnologia poderá ser alterada (no longo prazo), em função dos novos preços relativos. Assim, o risco de se criarem diferenciais para alguns tipos é o de induzir substituição, que poderá ser irreversível no médio prazo. A implicação deste raciocínio é que a retirada de qualquer quantidade do mercado poderá não reduzir significativamente o excesso de produção, se outros produtores (ex: **Malásia**) tiverem condições de suprir este montante. Como resultado, o nível da oferta global poderá não se alterar substancialmente, mudando-se somente a composição da oferta (maior parcela de mercado para outros países). Isto foi o que ocorreu com a **Costa do Marfim**, que abriu mão de sua parcela relativa do mercado mundial a favor da **Malásia**. Além disso, o próprio processo de substituição tende a reduzir os

GRÁFICO 03 – CACAU – EVOLUÇÃO DOS ESTOQUES FINAIS, 1977/78 A 1992/93 (em mil t)



FONTE – The Economist Intelligence Unit.

GRÁFICO 04 – CACAU – PREÇOS DE MARÇO DE 1988 A JUNHO DE 1989



FONTE – Gill & Duffus.

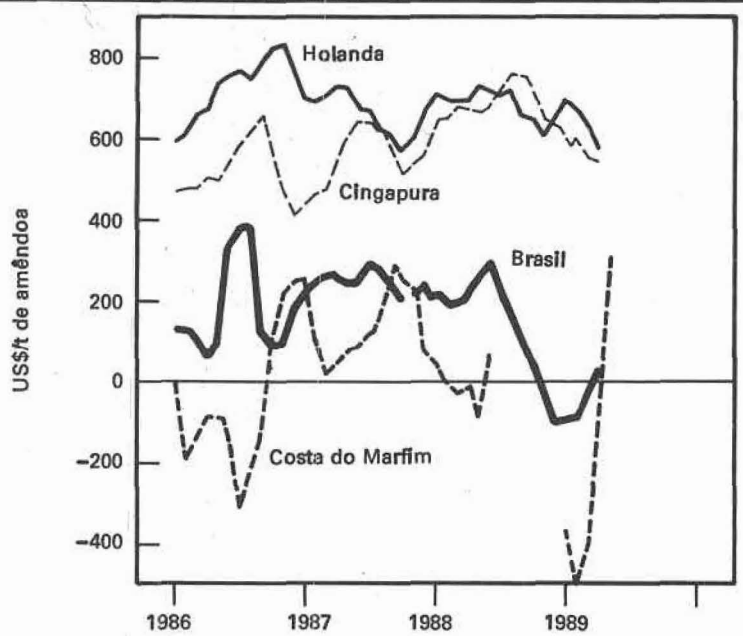
EAESP/FGV
BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
PERIÓDICOS

prêmios ao longo do tempo, como ocorreu com os preços **spot** – Gana, recentemente (ver Gráfico 04), ou seja, o segundo problema refere-se à questão de por quanto tempo se mantêm estes diferenciais no mercado. Esta questão depende, entre outras coisas, dos preços relativos (diferenciais) entre os tipos e o tamanho da safra de outros produtores (que permitiria, ou não, a substituição total do produto retirado do mercado).

Ligado à questão da substituição, existe o problema de "fornecedor confiável", vale dizer, a retirada de cacau brasileiro do mercado prejudicaria a imagem do país como **reliable suplier** para os EUA, por exemplo. Isto ocorreu na Nigéria, após a privatização do **Marketing Board**, dado que o processo desestruturou temporariamente o fluxo de vendas e o produtor nigeriano (muito procurado pelas indústrias chocolateiras inglesas) teve sua disponibilidade reduzida. A indústria não teve alternativa, a não ser encontrar outro "fornecedor confiável".

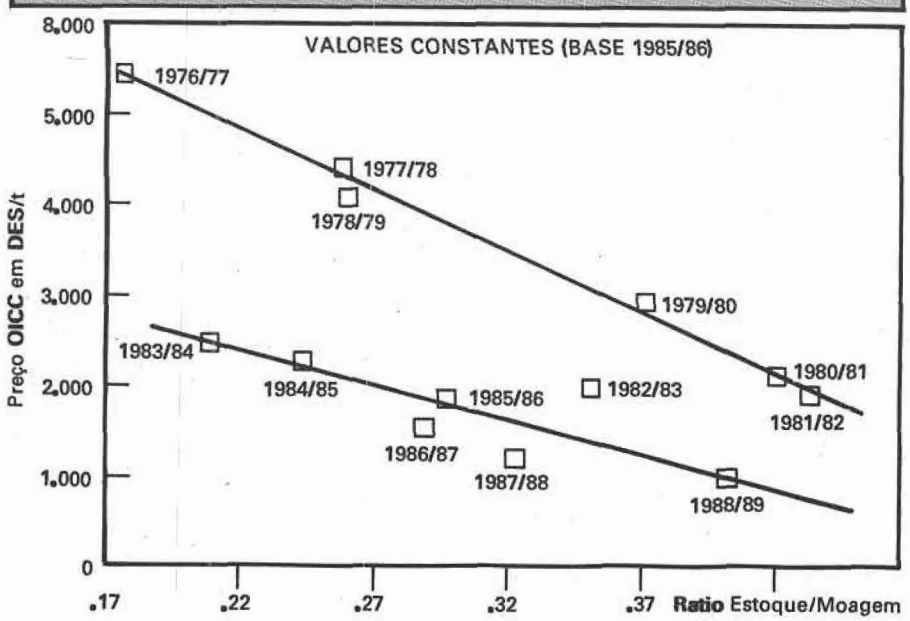
A médio prazo, a atitude das indústrias moageiras internacionais para aumentarem sua cobertura de estoques **(cover)** – para dado nível de produção elas estocariam maior quantidade de cacau – representa deslocamento para a direita da curva de demanda por estoques. No passado (início dos anos 1980), esta curva havia-se deslocado para a esquerda devido a vários fatores: melhor manejo de estoques, elevação das taxas de juros e existência do estoque regulador (que deve ser liberado por força do **Acordo de 1986**, caso os preços subam acima de certo nível (ver Gráfico 06). Desta forma, a medida que a retirada induz aumento nesta "cobertura", ela representaria deslocamento "de volta" para a direita, talvez em caráter permanente. Ou seja, a política de retirada, além do efeito de curto prazo (elevação dos preços, criação de diferenciais) poderia, também, induzir alteração estrutural no mercado, via deslocamento da curva da demanda por estoques. Esta é componente da demanda total, que tenderia a se elevar e, portanto, melhorar o balanço oferta/demanda em nível agregado, com efeitos positivos sobre os preços, no longo prazo (ver Gráfico 07).

GRÁFICO 05 – CACAU – MARGENS BRUTAS NAS INDÚSTRIAS DE PROCESSAMENTO DE PAÍSES SELECIONADOS – 1986–1989



FONTE – LMC.

GRÁFICO 06 – CACAU – DEMANDA POR ESTOQUE, RATIO ESTOQUES LIVRES/MOAGENS E PREÇO DA OICC – 1976/77 a 1988/89 –(USc/libra-peso)



Existe o problema da alocação dos totais a serem retirados dos países participantes, quer dizer, quanto caberá a cada um. A questão dos prêmios pagos internamente pela indústria (discutida anteriormente) deverá ser um dos critérios balizadores desta decisão, assim como o eventual problema de **free riders** (responsáveis por pouco total retirado e beneficiários de possíveis aumentos de preços).

É necessário que se estimem os custos desta operação: armazenamento, juros, transformação (se necessária), seguros, etc. Estes deverão ser muito bem calculados e avaliados em relação aos possíveis ganhos em termos dos aumentos de preços que provocariam (avaliação **custo-benefício** da proposta).

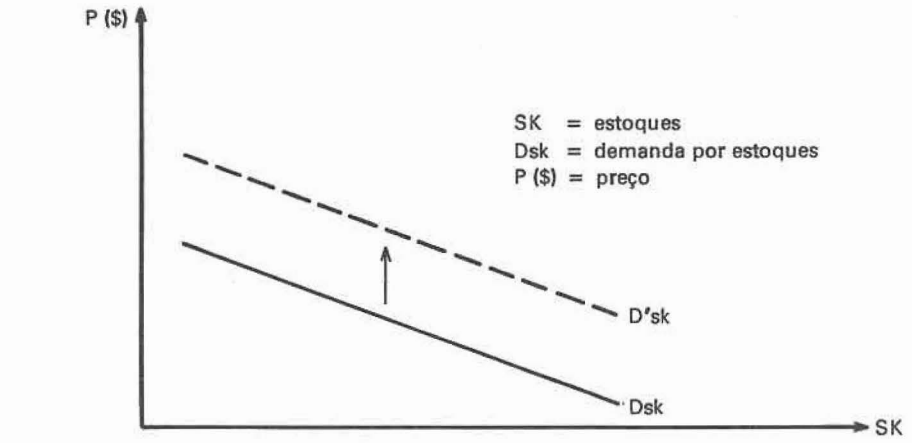
Deve-se proceder de tal forma a impedir que o cacau retirado possa reentrar no mercado, ocasião em que o efeito sobre os preços seria irrisório.

Há que se estimar o volume esperado da produção da **Malásia** e **Indonésia**, em função do exposto anteriormente.

O impacto de diferenciais do mercado físico sobre o mercado futuro poderá ser significativo, principalmente se mantidos apenas por um curto período.

Cabe observar que a reação do mercado para a redução de estoques só é significativa a partir do ponto em que os estoques mundiais acumulados (e não o excedente corrente) são reduzidos ao nível mínimo necessário ao funcionamento normal da indústria. Estima-se que, no ano agrícola internacional 1983/84, devido à quebra da safra da **África**, os estoques tenham atingido este nível mínimo, isto é, em torno de 340 mil t, com razão estoque/moagem (incluindo o estoque regulador) igual a 0,19. Ora, para se atingir esta mesma razão em 1988/89, seria necessário se

GRÁFICO 07 – CACAU – DESLOCAMENTO DA CURVA DE DEMANDA POR ESTOQUES





reduzirem os estoques totais acumulados para 300 mil t. Isto implicaria retirada de 670 mil t neste ano agrícola, o que é extremamente difícil (embora parte dele só esteja disponível, por acordo entre a **Costa do Marfim** e **Sucden**, a partir de 1991). Por outro lado, se o mecanismo de indução de aumento de **cover** descrito anteriormente vier a efetivar-se, este bloqueio mínimo será maior: assumindo-se uma razão igual a 0,3 (média do final da década de 1970), chega-se a estoque de 620 mil t, o que implicaria retirada de 300 mil t a 450 mil t para se conseguir o efeito **estoque mínimo** desejado.

Sugere-se que estas 300 mil t sejam consumidas pela **República Popular da China**, a qual tem potencial de 1,1 bilhão de habitantes. Dividindo-se as 300 mil t pela população, ter-se-ia 300 gramas por pessoa por ano – índice baixíssimo. Parece animador pensar-se sobre as possibilidades de ações no sentido de destinar aquelas 300 mil t a preço simbólico, para aquela nação, introduzindo novo tipo de produto, adequado às exigências culturais daquele povo, capaz de satisfazer seu já natural desejo por doces ou **sweet tooth** (a cozinha chinesa usa bastante açúcar).

Esta ação poderia ser desenvolvida através de **joint venture**, em combinação com grandes manufatureiros, ou através da divulgação de como fazer "chocolate caseiro", tão fácil de preparar, a partir de amêndoas, leite de soja e açúcar, usando utensílios domésticos (assadeiras, panelas e pilão). Convém lembrar que operação similar foi feita no **Japão**, onde o consumo de chocolate começou do zero, após a **II Grande Guerra** e, hoje, alcança níveis surpreendentes.

Com esta expectativa acenada pelo mercado chinês, o consumo naquele país tornar-se-á – e estrategicamente é interessante aos países produtores – nova e importante força no mercado. A **China** usa 20 mil t por ano. Seu consumo é baixo porque a renda **per capita** é baixa. Se lhe fosse oferecido cacau a preços simbólicos (transporte e manuseio), haveria compensação via **efeito-preço** no mercado mundial. Todavia, o país terá que garantir que não irá re-exportar o cacau, sob quaisquer formas. Estariam os chineses desejosos de participar? Estariam os produtores interessados em fazer tais arranjos? De novo, a elevação nos preços de cacau mais do que paga o esforço da venda a preços subsidiados.

As dificuldades políticas e operacionais para a retirada de 300 mil t, e destinação para uma área como a **China**, são enormes, porém os benefícios são evidentes – ainda mais que não existem outras opções, no curto prazo, para o mercado.

Longo Prazo – Sugestões para Negociações no Acordo Internacional do Cacau

O longo prazo oferece possibilidades ainda não exploradas pelo **Acordo Internacional**. Por várias razões, o **Acordo**, através de seus mecanismos de sustentação de preços, tem, histórica e economicamente,



provado ser ineficaz em estabilizar e/ou proteger os preços internacionais, principalmente nas circunstâncias atuais de excesso de produção.

Tem sido questionado, por setores da economia cacaueira, se é desejável que o **Brasil** permaneça no **Acordo Internacional do Cacau**. É questão cuja conveniência envolve rigorosa análise, dos pontos de vista diplomático, jurídico, estratégico, econômico, financeiro e institucional, que não são objetos deste trabalho.

Todavia, defende-se o argumento de que o país deve permanecer no **Acordo**, adotando nova postura, ou seja, o posicionamento de que é necessário defender mecanismo alternativo ao **Estoque Regulador**, ou conjunto deles, mais coerentes e consistentes com a realidade do mercado mundial; vale dizer, caso prevaleça o excesso de produção.

O **Acordo Internacional**, na sua versão 1986, prevê soluções a longo prazo para o crescimento harmonioso e a expansão dinâmica do mercado. As possíveis soluções não estão somente na manipulação de estoques e/ou da oferta, mas potencialmente, também repousam no lado da demanda. O deslocamento da demanda, em novos e mesmo tradicionais mercados, constitui-se na grande possibilidade a ser explorada. Também restrições a serem impostas ao uso de substitutos e a remoção de barreiras tarifárias e não-tarifárias podem constituir-se, no longo prazo, em soluções tão desejáveis quanto aquelas de limitações e/ou restrições na oferta.

Por estas razões e, considerando a atuação da delegação brasileira na **Organização Internacional do Cacau** e na próxima renegociação do **Acordo**, defende-se que, a permanecer o quadro de **superavit** estrutural da oferta, que será a situação do mercado nos próximos anos, o **Brasil** deve-se interessar em continuar contando com o **Acordo**, porém com outras cláusulas econômicas, alternativas ao **Estoque Regulador**.

Quais são os tipos de instrumentos de intervenção no mercado que deveriam caracterizar o **Aicacau-90** (outras cláusulas econômicas)? Estes outros instrumentos de intervenção serão mais adiante abordados. Antes, é oportuno tratar de algumas condições necessárias.

É condição necessária que o **Acordo** seja estendido para evitar a liquidação das 250 mil t do **Estoque Regulador**, a qual poderia deprimir ainda mais os preços. Aliás, a ampliação de compras pelo **Estoque Regulador**, aumentando sua capacidade, diga-se em 100 mil t, na melhor das hipóteses, daria alívio temporário na pressão baixista, que, contudo, seria em breve anulado pelos excedentes.

Em caso de liquidação do **Estoque Regulador**, o escoamento a longo prazo do **Estoque** poderá não ser o suficiente para compensar todos os

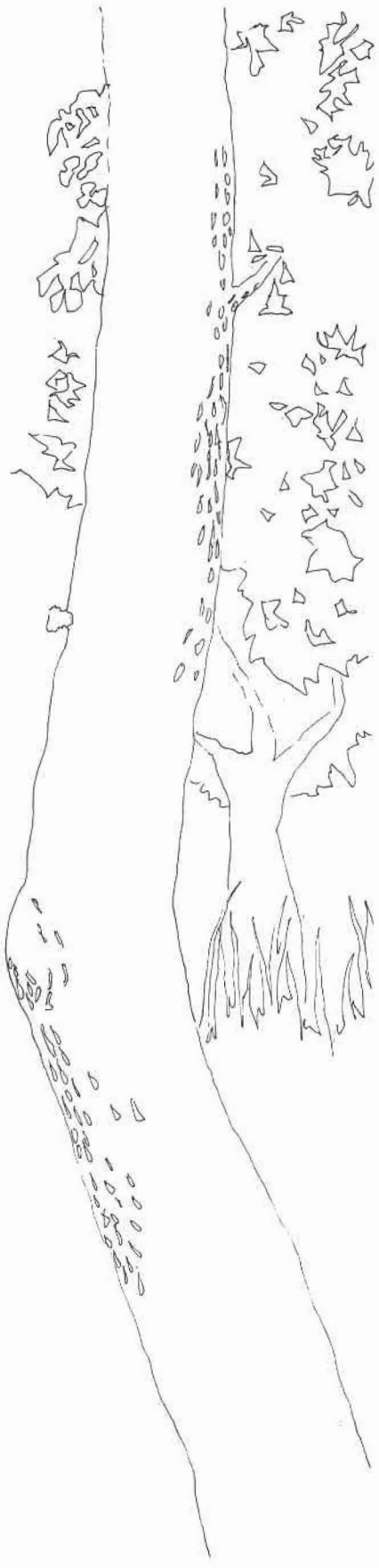
compromissos financeiros dos produtores. Em concordância com o posicionamento da **Seplan** e do **Ministério da Fazenda**, é difícil, no momento, justificar, com o término do **Acordo**, a manutenção da **OICC**, ainda que reduzida e com novas atribuições, sem que se possua melhor visão do horizonte necessário ao eventual estabelecimento da **Organização** como fórum internacional do mercado de cacau.

Argumentam alguns agentes ligados à atividade que, com o produto a níveis tão baixos de preços, não se deveria negociar a prorrogação do atual **Acordo** por dois anos, sem cláusulas econômicas compatíveis e adequadas. É preciso atentar, contudo, que, para o **Brasil**, o colapso do **Acordo** é acontecimento dos mais sérios e representaria para a cacauicultura uma ampliação da crise porque passa o produtor. A possibilidade de interrupção tem que ser encarada com a devida preocupação pelas autoridades governamentais, pelos setores exportadores, indústrias e lavoura.

Como exemplo, o resultado da interrupção recente do **Acordo Internacional do Café**, com imediata suspensão do **Acordo** de quotas e preços que disciplinava o mercado e oferecia garantias aos países produtores, foi a queda repentina das cotações, o que, de certa forma, era esperado. Num mercado em que as vendas eram operadas à razão de US¢ 120/140 libra-peso, em julho, os preços caíram para cerca de US¢ 77, queda de, no mínimo, US¢ 55 por saca[2].

O fato é que, embora o **Acordo** não tenha representado até agora a salvação do cacau brasileiro, alguns dizem: "ruim com ele, pior sem ele".

2 Segundo **Moacyr Calil**, presidente do **Sindicato dos Corretores de Café (SP)** e vice-presidente da **Federação do Comércio do Estado de São Paulo**. Ver **Desacertos na Política Cafeeira**, **Folha de São Paulo**, 28 de julho de 1989.



A **Ceplac** também entende que o subsetor cacaueiro não está preparado para o fim repentino do **Acordo**. É de certo modo esperançoso, contudo, que as diferentes entidades ligadas ao cacau, sob o comando da **Divisão de Produtos de Base**, do **MRE**, esteja repensando métodos, saídas e estratégias de ação, diante da preocupante situação do mercado. Os produtores, exportadores, industriais e, principalmente, o governo (**Ceplac**, **Seplan**, **Banco Central**, **Ministério da Fazenda** e **Ministério das Relações Exteriores**), que estão envolvidos com as diretrizes da política cacaueira, precisam encarar com a devida preocupação a situação crítica de liquidez financeira da atividade.

Dessa forma, convém relembrar que, entre as opções de longo prazo, um dos mais importantes componentes para a formação dos preços é o total dos estoques mundiais. Todavia, não é isto somente que dita a tendência das cotações. A sua localização e, acima de tudo, o fato de este haver sido vendido, **hedged** ou não, tem um papel decisivo na pressão futura sobre os preços. Na presente situação, têm-se 1 milhão de t, no final do ano agrícola 1988/89 e, subtraindo-se 250 mil t detidas pelo **Estoque Regulador**, restarão 750 mil t para livre acesso. Isto corresponde a 36% do atual nível de consumo (2 milhões de t), uma baixa cobertura, quando se compara com 50%, na média, no período 1960-1964.

Outrossim, teoricamente três a seis meses de **cover** ou **cobertura** não causam receios quanto a maiores quedas de preços. O problema é que, guiados pelas tendências e estudos de longo prazo, a indústria e o comércio têm constantemente reduzido seus estoques. A redução de estoques (**working stocks**) advém da necessidade de a indústria de processamento se manter competitiva, reduzindo custos, facilitado por procedimentos logísticos, tais como me-

lhores conexões de transporte, melhores sistemas de comunicação (**telefax**) e serviços de computação. Fazer estoques custa dinheiro, empata capital, exige investimentos e eleva os custos do capital. A política, agora, é difícil de ser revertida, ou seja trabalha-se com pequenos estoques. Ainda mais, sob a confiança de que os países produtores estão incrementando o plantio e a produtividade, independentemente de se o mundo necessita ou não.

Essas mudanças fundamentais devem servir como guias ou alertas para políticas mais realistas por parte dos países produtores, em especial o **Brasil**. No tocante a novas cláusulas econômicas que o **Acordo Internacional** deve conter, para efeito de futuras negociações, recomendam-se várias opções, a seguir. Antes de comentá-las é necessário atentar que: a) os benefícios e os custos de cada opção são difíceis de quantificar precisamente e b) nenhuma das opções é destituída de sérias dificuldades logísticas, políticas e financeiras, as quais devem ser cuidadosamente examinadas[3].

Dada a situação de excedentes no mercado, do ponto de vista de ajustamentos necessários, a solução passa basicamente por uma racionalização da oferta, através de opções como: a) redução de exportação, b) retenção, c) destruição de amêndoas e d) medidas contracíclicas na produção. Além da racionalização da oferta, outras alternativas devem ser consideradas no sentido de defesa dos preços. Estas se referem ao lado da demanda e incluem: 1) vendas a preços especiais para mercados não-tradicionais (exemplo **China**, e 2) atividades promocionais em mercados tradicionais e não-tradicionais.

A forma mais desejável de racionalização da oferta seria a ação conjunta dos países produtores, para deter a produção e as exportações, através de retenção, nos próximos quatro a cinco anos. O benefício desta opção é a alta nos preços mundiais com impacto substancial nas receitas de exportação, que depende da alocação da produção mundial entre os países participantes. Os grandes problemas associados com esta alternativa são: a) da mesma forma que os esquemas de quotas de exportação, é difícil determinar a alocação da produção entre países, assim como evitar a ocorrência de **free riders** (países que não participam do esforço, mas se beneficiam da elevação de preços); b) a não ser que grandes quantidades sejam retidas nos países produtores, o impacto nos preços desta política poderá ser pequeno; se implementado, todavia, significa que grande quantidade terá que ser retida nos países produtores, pelo menos inicialmente, com problemas potenciais de armazenagem (no **Brasil**, as quantidades destinadas à retenção seriam utilizadas no consumo interno); e c) como se assegurar que a obrigação e responsabilidades dos países produtores serão cumpridas.

A retenção terá pouco ou quase nenhum impacto nos preços, a não ser que reduza o nível de estoques dos países consumidores a níveis mínimos (**working level**). Qual seria este nível? Não se sabe, ao certo. Atualmente, estaria próximo das 350 mil t ou dois meses de oferta. Desde o início da década, a **OICC** vem mantendo um **Estoque Regulador** de 250 mil t. Recentemente, a **Costa do Marfim** removeu outras 200 mil t, que estão armazenadas, em armazéns europeus e não estão disponíveis para o mercado, a não ser que os preços se elevem. Estas 450 mil t representam 45% dos estoques mundiais (1988/89). Conquanto a retenção de 450 mil t não tenha afetado, aparentemente, os preços, no longo prazo, tem-se argumentado que as cotações estão consistentes com o total dos estoques em relação ao consumo (**ratio** estoque total/consumo) e não dos estoques pertencentes a grupos privados[4].

Ocorreu, conforme explicado anteriormente, uma escassez de cacau gênero **pronto** durante 1988 e 1989, quando a **Costa do Marfim** se recusou a vender, exceto a preços **aceitáveis**. Os prêmios dispararam e os preços futuros tornaram-se invertidos. Todavia, nos últimos três meses, a situação mudou, os preços retornaram aos níveis anteriores, conquanto o cacau da **Costa do Marfim** continuasse em armazéns europeus. Isto mostra que os preços são consistentes com o **ratio** estoque/consumo, o qual inclui os estoques retidos, sob o **Estoque Regulador da OICC**, por aquele país africano.

Para que um programa de retenção seja eficaz durante o início dos anos 1990, **Bateman** estima, para o período de 1990 a 1995, que cerca de 900 mil t devam ser retiradas do mercado, caso não ocorram quedas de produção capazes de diminuir significativamente a oferta mundial. Sob esta suposição, a retenção de 900 mil t significaria deixar os industriais com as restantes 400-500 mil t, nível equivalente a dois meses de moagem. Um esquema de retenção desta magnitude, embora eficaz, convenha-se, é muito caro, com custos proibitivos. Menores quantidades trariam, entretanto, apenas benefícios de curto prazo ou temporários.

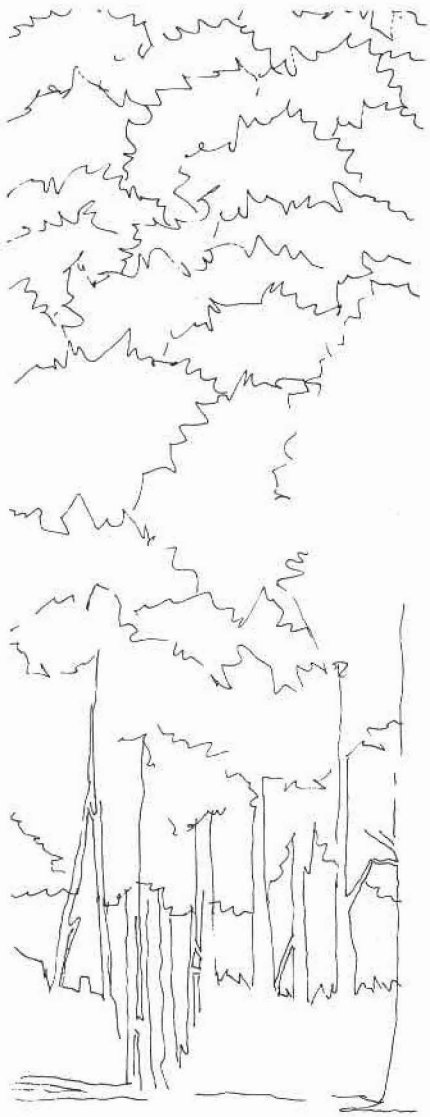
Quotas de exportação, em contraste com o esquema de retenção,

3 Estas opções foram apresentadas e discutidas no recente encontro em **Haia, Holanda**, entre 5 e 9 de junho, pelo **Grupo Assessor da Economia Cacaueira Mundial**, convocado pela **OICC**, onde a **Ceplac** apresentou o trabalho **Racionalização de Oferta na Situação Atual do Mercado de Cacau: O caso do Brasil**, de **José Alexandre de Souza Menezes** e **Frederico M. Alvares Afonso**.

4 **Meril Bateman. World Cocoa Market Enviroment Potential Surpluses and Producer Options 1990-2000. OIC**, junho de 1989.

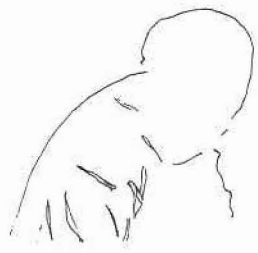
são eficazes na elevação de preços, desde que sejam adequadamente distribuídas e os países produtores sigam as regras. O **Acordo Internacional do Café** foi bem sucedido em manter preços acima dos níveis de equilíbrio do mercado. Todavia, os países produtores, liderados pelo **Brasil**, tiveram que **segurar** grandes estoques. Em alguns anos, o **Brasil**, teve que estocar de 50% a 60% da sua produção. As quotas requerem disciplina dos países produtores. O cacau começa, como ocorreu com o café, a se apresentar como **commodity** com sucessivos excedentes. No passado, antes de ocorrer a forte desconcentração geográfica na produção, não tinha tal comportamento; pelo contrário, caracterizava-se por variações anuais sucessivas, de excesso e escassez, o que lhe dava configuração de preços altos e baixos. Sendo assim, aconselha-se a examinar a experiência dos controles usados no café. Sob esta perspectiva, também o mecanismo de quotas de exportação poderia requerer, nos próximos anos, quotas que restringissem as exportações em 800 mil t a 900 mil t.

A destruição do produto é alternativa que pode produzir vantagens financeiras, se for feita de forma harmoniosa e coletiva, pelos países produtores. Apresenta problemas políticos e organizacionais para sua viabilidade. É o método mais barato para elevar os preços. Se cada país grande produtor destruir 15% de sua produção anual – no caso do **Brasil**, cerca de 60 mil t (que poderiam ser utilizadas no consumo interno, o que equivaleria a uma "destruição") – ter-se-iam 300 mil t fora do mercado mundial. O custo financeiro poderia ser mais do que anulado pela elevação dos preços. Estes, segundo **Bateman**, elevar-se-iam 40%, no primeiro ano; 30%, no segundo; 27%, no terceiro; e 10%, no quarto[5]. A questão é se os cacauicultores aceitarão esta medida, mesmo que seja remunerada (não seria o caso do **Brasil**, conforme razão apontada).



Medidas contracíclicas de produção são aconselháveis, por se constituírem em redução de novos plantios ou programas de expansão durante os **booms** de preços e promoção de esquemas de renovações e recuperações durante as fases de depressão ou baixos preços. Esta opção exige que os países produtores harmonizem suas políticas de produção de cacau, o que, claramente, é tarefa difícil.

A não se tomarem medidas de racionalização da oferta e/ou promoção do consumo, estar-se-á optando pela alternativa **laissez faire**, de deixar que o mecanismo de preços faça a seleção daqueles países produtores mais aptos à sobrevivência. Significa que, se os níveis atuais de baixos preços prevalecerem, somente aqueles mais eficientes no que se refere a custos irão produzir, com nível aceitável de retorno, sendo os **ineficientes** excluídos, por seleção, do mercado. Esta parece ser a alternativa desejada pela **Malásia**. No médio prazo, isto implicará redução na oferta mundial e tendência altista nos preços. Conquanto potencialmente eficaz, esta opção ensejará agravamento da situação nas áreas produtoras mais tradicionais, com repercussões nos níveis econômicos e sociais de milhares de pessoas e a desorganização de instituições ligadas à atividade – o que não é aceitável.



***José Alexandre de Souza Menezes**, economista da **Ceplac**.*

5 **Merll Bateman**, idem.

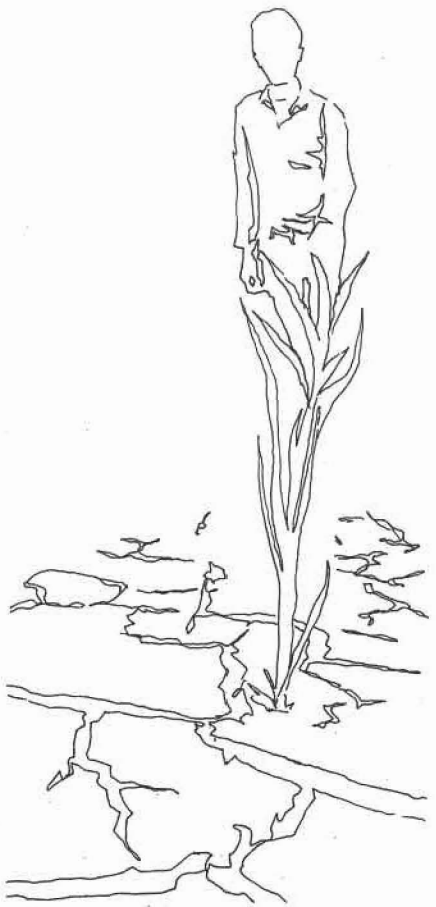
FUNDAMENTOS DE UMA LEI AGRÍCOLA PARA O BRASIL

Os projetos de lei agrícola até o momento apresentados à discussão no **Congresso Nacional** seguem, a **grosso modo**, duas vertentes. De um lado, há as chamadas propostas liberais, as quais, após uma forte introdução privativista, deixam-se por vezes levar pela tentação de induzir o governo a assegurar renda aos agricultores e, mesmo quando menos explícitas, não conseguem escapar do pecado de querer garantir-lhes um fórum corporativo para tomar decisões sobre os instrumentos de política para o setor.

De outro lado, há as propostas com ares reformistas, mas igualmente corporativistas, que se empenham em garantir direitos ao pequeno produtor através de uma forte intervenção do **Estado**, mas esquecem da agricultura como setor produtivo.

Ambas as posições, embora respeitáveis por suas origens, parecem intencionalmente recusar-se a proceder a um diagnóstico mais completo do problema agrícola brasileiro a ser equacionado pela lei já que, do lado analítico, enxergam somente um lado do universo em causa e, do lado institucional, se atêm aos interesses específicos dos grupos que as representam.

Ora, a exigência constitucional de promulgação de uma lei agrícola supõe um consenso social sobre a sua necessidade. Portanto, a lei irá atender ao interesse do conjunto da sociedade e não a um dado segmento da mesma, ainda que seja este o mais atingido por seus efeitos.



Visando contribuir para um debate mais aberto deste tema, sobretudo quanto ao que se pretenderia obter de uma lei agrícola sob uma abordagem neoliberal, este artigo irá discutir os aspectos conceituais envolvidos na formalização de uma política agrícola, bem como suas implicações no campo normativo, para o caso brasileiro.

Um Conceito de Política Agrícola

Seria pertinente discutir se há ou não há uma política pública para um dado setor? Esta parece ser uma questão supérflua, pois em princípio, sempre haverá uma política, desde que exista o conjunto governo/sociedade. Uma política sempre poderá ser definida como a orientação que governo e sociedade pactuam, por ação ou omissão, quanto ao grau e tipo de interveniência do poder público nos âmbitos econômico e social.

Desta forma, mesmo a total ausência de ação do poder público quanto à agricultura, é uma orientação derivada desse pacto; é uma política. Neste caso, define-se que será deixada aos cidadãos e às entidades privadas toda a iniciativa da prestação de serviços de interesse público do **Setor**, e à economia de mercado a decisão de alocação e distribuição de recursos.

Portanto, a existência de uma política, no sentido de uma orientação definida, independe do grau de inter-

venção do poder público. Mas, independerá também do tipo de intervenção? Ou seja, qualquer conjunto de medidas representa uma orientação definida, uma política coerente?

Nem sempre. O caso brasileiro é um bom exemplo. O agricultor depara-se, amiúde, com medidas de incentivo em paralelo com controles e outros gravames, de efeitos opostos. Isto não significa, porém, que inexista uma política, mas simplesmente que os instrumentos de política econômica que afetam a agricultura não são aplicados, do ponto de vista do produtor, de maneira coerente.

Por que uma Lei Agrícola?

Ora, a falta de coerência da política vigente é uma razão necessária, mas não suficiente, para que se tente corrigí-la através de uma lei. Se tal coerência pudesse ser corrigida pela simples revisão dos instrumentos já existentes, dispensável se tornaria o trabalho de elaborar um novo diploma legal.

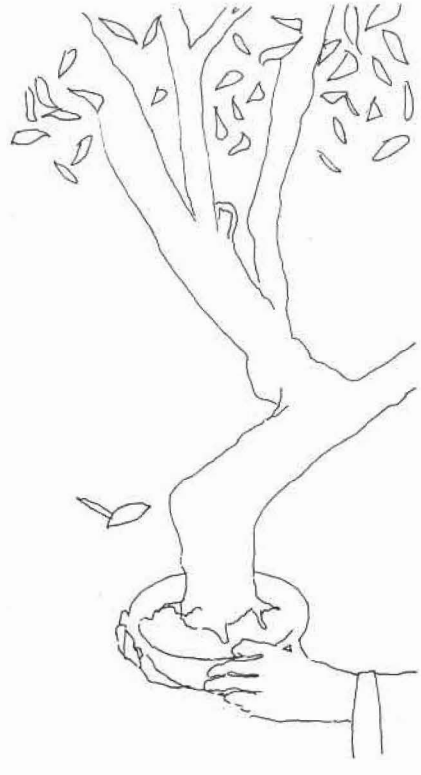
Porém, este não é o caso. Como se procurará demonstrar a seguir, a atual política agrícola carece de profunda reformulação que envolva desde seus recursos e instrumentos, até o próprio sistema de decisão que lhe deu origem. Isto implica redefinição dos princípios conceituais a partir dos quais se organizam o governo e a sociedade com relação à agricultura.

A ser correta esta tese, não é suficiente somente a revisão dos atuais instrumentos, de modo a assegurar coerência global às medidas de política agrícola, mas a sua adaptação a uma nova função do **Estado**, o que significa **priorizar** o emprego de recursos públicos com base em novos princípios. E, para isso, será necessário o consenso social resultante de um esforço legislativo de que toda a **Nação** participe.

Uma Questão de Princípios

A questão dos princípios vem em primeiro lugar. Por que se acredita indispensável proporcionar à agricultura tratamento diferenciado em relação aos outros setores? Há uma resposta clara, aceita em qualquer economia liberal moderna: a agricultura possui características que reduzem a sua competitividade perante outros setores e a impedem de usufruir equitativamente das vantagens do sistema de mercado.

Tais características são evidentes em sua estrutura e modo de produção: elevado número de unidades produtivas que se defrontam, em seus respectivos mercados, com pequeno número de comerciantes ou industriais, tanto a montante (compra de insumos), quanto a jusante (venda da produção); maiores riscos na atividade produtiva, derivados de efeitos climáticos adversos, pragas, doenças e acentuada flutuação de preços; produção concentrada em períodos curtos do ano, o que limita suas oportunidades de lucro; e maior dificuldade para obtenção de informações técnicas e de mercado, dada a sua localização dispersa e as deficiências da infra-estrutura.



Estas desvantagens, típicas da produção agrícola, surgem no contexto de suas relações com os demais setores econômicos. Da mesma forma – e mais evidente do que nesses setores – há permanentes e fortes desigualdades nas relações entre produtores, dentro do próprio meio rural, em função da enorme diversidade quanto à escala de produção, conhecimento técnico e informação sobre os mercados. Há, assim, argumentos em favor de uma política diferenciada de apoio à agricultura como um todo, bem como de prioridade a determinados segmentos do **Setor**.

A Incoerência e sua Lógica

No entanto, há outras importantes razões pelas quais é necessário disciplinar as ações do poder público quanto à agricultura. Se já é considerada pertinente uma política de apoio ao **Setor**, mais pertinente será impedir o governo de atuar em seu prejuízo. É aqui que surge o problema da incoerência da política agrícola, já mencionado, cuja análise é fundamental para que se compreenda a necessidade de sua completa reformulação.

Por que a política econômica com efeitos sobre a agricultura, tem carecido de coerência? Eis as principais respostas:

a) porque seu principal objetivo não tem sido o de desenvolver o **Setor**, mas o de facultar estabilidade ao pólo urbano-industrial, fonte básica de crescimento econômico do **País**. É sintomático verificar que, pelo menos no curto prazo, a política de produção e abastecimento é mais coerente e inteligível para o consumidor do que para o agricultor;

b) porque os instrumentos de que se utiliza são impróprios e insuficientes para atingir o universo que almeja. Embora tenham por escopo atingir todos os produtores e uma gama extensa de produtos, os instrumentos de política agrícola adotados no **Brasil** têm sido, por suas características, adequados principalmente ao uso daqueles que dispõem de maiores facilidades de acesso à rede bancária e ao mercado financeiro, bem como à aquisição de conhecimentos técnicos. Sendo assim, prejudicam necessariamente os produtores que carecem dessas condições, os quais pagam os custos decorrentes da desqualificação que, por esse meio, lhes é imposta;

c) porque os recursos públicos são limitados. Qualquer política pública, sobretudo em um país pobre, está permanentemente condicionada a recursos orçamentários também demandados por outras prioridades, a curto prazo. Por esta razão, torna-se freqüente a escassez de crédito rural ou a fixação de preços mínimos a níveis baixos, além das conhecidas alterações das "regras do jogo" em meio ao ano-safra. Tais restrições limitam drasticamente os efeitos da política inicialmente planejada;

d) porque o governo, submetido a pressões políticas, propõe-se a atingir objetivos acima de sua capacidade. Para isto, em muito contribui o próprio agricultor ao reivindicar mudanças na política agrícola que envolvem a alocação de novos recursos públicos. Buscando livrar-se, momentaneamente, de tais pressões, o governo acaba por assumir compromissos de longo prazo que, cedo ou tarde, terá que descumprir;

e) porque há prioridades de política macroeconômica difíceis de conciliar. O pagamento do serviço da dívida externa, por exemplo, leva ao estímulo das exportações, as quais, por sua vez, competem por recursos com as exigências do abastecimento interno, outra prioridade nacional.

Todas estas limitações levam a medidas impossíveis de se prever e difíceis de se entender, do ponto de vista do produtor rural. Eis alguns desses contra-sensos:

a) ao mesmo tempo que estimula a produção por meio de crédito e preços mínimos, o governo estabelece controles sobre preços internos (através de tabelamentos) e sobre quantidades exportadas (através de quotas). Essas são políticas antagônicas, já que os controles de preços e quantidades têm o efeito de desestimular a produção;

b) enquanto se oferece crédito rural a taxas favorecidas, para reduzir os custos de produção, o governo impede a importação de insumos e máquinas agrícolas, estabelecendo uma reserva de mercado para a indústria nacional. Evidentemente, o efeito das taxas favorecidas sobre os custos é eliminado pela proteção à indústria;

c) após a decretação de planos de safra longamente planejados, sua implementação é frustrada pela escassez de recursos financeiros. Aqui, colidem a intenção e a ação.

Tais conflitos e conseqüentes dificuldades de interpretação tornaram-se particularmente evidentes ao longo dos últimos anos, quando o governo passou a tratar o problema da inflação por meio dos chamados **choques econômicos**: os **Planos Cruzado I e II**, o **Plano Bresser** e, finalmente, o **Plano Verão**. Nesses anos, as políticas de emergência, francamente voltadas para os efeitos de curto prazo, tiveram precedência sobre quaisquer outras. Sob essa orientação, foram drasticamente reduzidos os programas de incentivo à produção e privilegiadas transferências intersetoriais através de congelamentos de preços, tributação, controle cambial e elevação dos juros.

Lições da Experiência

Não obstante, essas mesmas medidas serviram para por a descoberto algumas características marcantes das relações entre **Estado** e sociedade, que deverão orientar o novo pacto que ambos deverão celebrar após a presente transição. A primeira é a incapacidade do **Estado** em alocar recursos de forma permanente para programas de incentivo. O que se constatou, no passado, de forma episódica, patenteou-se claramente nesta década, particularmente em 1989, sinalizando em direção a um forte ajustamento dos segmentos da agricultura que dependem de financiamentos, preços ou outro tipo de apoio canalizado pelo poder público.

Outra característica, correlata à primeira, é a própria natureza conflitante da política de estabilização econômica, apenas perceptível no passado, mas hoje evidente. Essa política, embora necessária, é apoiada em instrumentos de efeitos globais, como os controles monetário e fiscal, que são incompatíveis, a curto prazo, com a destinação permanente de recursos públicos a objetivos setoriais orientados ao mercado. Isto porque os diferentes mercados não guardam uma relação direta com as variáveis agregadas da economia. O que é bom para o **Brasil**, como a contenção dos gastos públicos, não é necessariamente bom para a sua agricultura que, no mesmo momento, necessita desses recursos para o plantio ou a comercialização das safras.

Da mesma forma, agudizou-se o problema da transferência de recur-

sos entre os meios rural e urbano. Tais transferências, que antes passavam despercebidas, já que disfarçadas no bojo de tabelamentos de preços, proteçãc à indústria nacional, sobrevalorização cambial e deficiente infra-estrutura social, são atualmente iniludíveis aos que sentem diretamente os efeitos dos congelamentos de preços e de câmbio, das importações favorecidas para deprimir o mercado interno e da brusca elevação dos preços dos insumos.

Além disso, a experiência tem ensinado que o processo de decisão sobre política agrícola, que se deseja estável, carece desta qualidade, independente de quem sejam os **Ministros** ou o **Presidente.** Isto ocorre porque os participantes desse processo são, via de regra, membros do **Poder Executivo,** que não dispõe de estrutura formal para discussão e formulação de políticas permanentes, porque não é esta a sua função. Ao mesmo, cabe executar um plano de governo decidido pelo **Poder Legislativo** e, sob dadas condições, participar de sua formulação através de propostas globais ou sugestões específicas de caráter indicativo.

A formulação de uma política pública é atribuição privativa do **Poder Legislativo,** que se encontra estruturado para essa finalidade. Outras estruturas que não dispõem de sua funcionalidade serão necessariamente ineficientes e inadequadas, sob o modelo político adotado pelo **País.**

Redefinindo a Função do Estado

Estas breves ponderações sobre as características da política agrícola brasileira, que poderão ser examinadas e estendidas à luz das inúmeras análises existentes sobre o tema, procuraram demonstrar a necessidade de se reordenar as relações entre sociedade e **Estado** sob novos princípios conceituais e na forma de uma estrutura legal estável. Cabe, agora,



tirar conclusões quanto aos pontos básicos a serem abordados por uma lei agrícola compatível com tais análises.

Neste sentido, são duas as diretrizes que norteariam uma política agrícola. Em primeiro lugar, é necessário liberar os mercados agrícolas de intervenções que não sejam exclusivamente determinadas por situações de natureza excepcional, entendendo-se por isto condições de oferta ou demanda claramente atípicas, resultantes de calamidades climáticas ou estados de beligerância. Na linha dos princípios atrás expostos e para a aplicação de instrumentos específicos, como preços de garantia e liberação de estoques públicos, também caberia a intervenção pública no caso de flutuações de preços que excedessem ponderavelmente os padrões normais.

Desta forma, seriam absolutamente banidas intervenções inesperadas, sem razões claramente comprovadas por fatos evidentes. Conseqüentemente, seria também desnecessário o emprego rotineiro de instrumentos fortemente desestabilizadores, como tabelamentos de preços, importações privilegiadas e quotas e confiscos sobre exportações. Igualmente, dispensar-se-ia a manutenção de políticas de administração de preços e quantidades, como as de café, cana-de-açúcar e trigo. Do lado dos fatores de produção, seria eliminada a reserva de mercado às indústrias de insumos e máquinas, permitindo-se a livre importação dos mesmos.

A segunda diretriz para a orientação dessa nova política agrícola seria o confinamento do **Estado** às funções que normalmente lhe são atribuídas em economias liberais modernas. Isto inclui não somente as chamadas "funções típicas", inerentes à competência pública – investimentos em capital social básico (estradas, educação, saúde, energia elétrica e comunicação) e serviços ligados à estrutura de produção (pesquisa e assistência técnica, defesa sanitária, fiscalização, informação de mercado e proteção à natureza) –, mas também a aplicação de instrumentos de mercado (crédito, preços de garantia e seguro rural), com sentido social, visando induzir maior eficiência, competitividade e eqüidade no âmbito privado.

Particularmente o último conjunto desses instrumentos seria aplicado, por todas as razões já expostas, de forma restrita, visando à geração de oportunidades de acesso aos mercados por grupos sociais que deles estivessem marginalizados. Para tanto, seu emprego pelo poder público seria condicionado a prioridades claramente definidas e rigorosamente implementadas.

Revitalizando a Iniciativa Privada

Finalmente, uma política agrícola deve reservar abundante espaço para que a iniciativa privada possa desempenhar o papel que dela se espera, gerando renda e emprego com um mínimo de custos sociais. Cabe aqui, ao **Estado,** reverter ao âmbito privado um conjunto de funções que poderia deixar de exercer, no todo ou

em parte, imediata ou gradualmente, desde que promovesse a montagem de um conveniente arcabouço legal e institucional.

São três os setores de atuação pública que uma nova política agrícola poderia utilizar para estender o horizonte de crescimento e auto-suficiência da iniciativa privada. O primeiro deles já foi abordado nas diretrizes recém-discutidas: a **desintervenção** do **Estado** nos mercados e o adequado cumprimento de suas funções normais. O potencial que tais ações detêm para impulsionar uma economia liberal é por demais subestimado, excedendo de longe o de quaisquer outras.

O segundo passo para a real privatização da economia, a ser dado pelo governo, seria no sentido de desfazer-se de responsabilidades que assumiu por iniciativa própria ou indução alheia, e das quais poderia livrar-se sem qualquer prejuízo à sociedade, à economia ou ao erário público. Neste caso, incluem-se os elevados investimentos que realizou em estruturas voltadas à comercialização e ao abastecimento, à produção e venda de insumos e serviços.

O terceiro passo seria rumo à abertura de oportunidades para o crescimento da agricultura comercial, pela ampliação de suas **interfaces** com os demais setores econômicos. Aqui, a grande responsabilidade deve ser assumida pela própria iniciativa privada, desenvolvendo e financiando projetos, mobilizando novas estruturas de captação de recursos e geração de renda. Nesse nível, a função do **Estado** é meramente supletiva, através de um adequado sistema jurídico, constituído a partir do aperfeiçoamento das normas sobre o abuso do poder econômico, fortalecimento do cooperativismo, apoio às instituições de mercado, organização das relações de trabalho agrícola, incentivo ao investimento e tantas outras que se mostrem capazes de abrir espaços econômicos sem privilégios e ônus social.

Em Conclusão...

Estes são os princípios, diretrizes e orientações que poderiam ser aplicados a uma lei agrícola liberal. Nela, os recursos públicos são utilizados com objetivos exclusivamente sociais, visando erigir fundações sobre as quais a economia, apoiada no empreendimento individual, possa crescer com vigor.

Quanto ao seu significado, a lei agrícola brasileira representa um passo inicial, mas decisivo, em direção a uma política agrícola que, se liberal, irá romper com toda uma tradição de intervenção e dependência, e abrir oportunidades de participação e desenvolvimento hoje insuspeitadas. Por ter esse papel inovador, não deve estender-se além dos preceitos básicos que assegurarão essa mudança. Deve ser concisa, mas poderosa em conteúdo, em idéias. Detalhes executivos podem ser deixados para investidas futuras, quando forem mais bem absorvidos o sentido e o alcance de seu novo instrumental.

Nessa lei, o sentido de coerência deve ser mantido a todo custo, refletindo-se na transparência dos seus conceitos e solidez de sua estrutura. Esta condição obriga a uma abordagem didática e gradual, em que se sucedam linearmente os objetivos básicos da política agrícola, os princípios sobre os quais os mesmos se assentam, as linhas de ação pública que deles decorrem e, finalmente, o conteúdo normativo e institucional dessas linhas de ação, evidenciando o instrumental de política a ser utilizado. As especificações quanto ao dimensionamento e distribuição de recursos, e quanto à aplicação dos instrumentos em seus aspectos operacionais seriam objeto de normas complementares com prazo definido para aprovação.

Sob este enfoque de gradualismo responsável, sem açodamento, mas sem delongas, a lei agrícola deve pautar-se pelo equilíbrio conceitual e pela neutralidade social. Da mesma forma que sua criação é fruto de um consenso nacional, o sistema decisório responsável pela condução do processo normativo que promoverá sua adaptação ao longo do tempo, não deverá diferenciar-se daquele já consagrado pelo modelo representativo que lhe deu origem. Deve ser, portanto, canalizado através da estrutura legislativa formal, submetida à perquirição e crítica abertas a todos, particularmente aos diretamente envolvidos por seus efeitos. Qualquer outro modelo, como a instituição de novas estruturas decisórias, superpostas às já existentes, é inadequado, além de presumir a incompetência das instâncias políticas e administrativas vigentes, depondo assim contra o seu aperfeiçoamento.

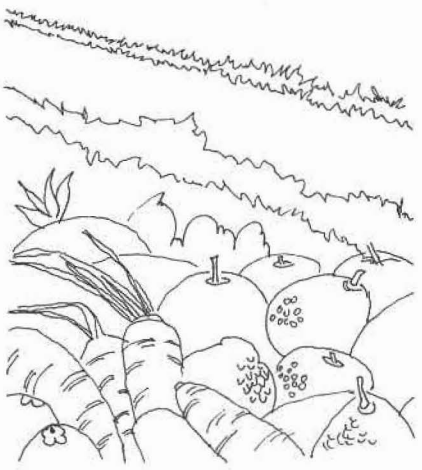
São conhecidas as dificuldades que se antepõem a um processo metódico e racional, sobretudo quando ponderáveis interesses políticos e econômicos estão em jogo. Porém, também faz parte do aprendizado democrático a lição de que o caminho mais longo entre dois pontos – quando se fala em evolução social – é a decisão apressada sobre uma análise superficial. Por isto, no momento em que a sociedade se dispõe à histórica tarefa de reorientar, de forma permanente, sua visão quanto ao tratamento de um de seus mais importantes segmentos, do qual depende a vida de milhões de pessoas, não pode deixar de fazê-lo senão consciente de que está desencadeando um processo da maior complexidade, a ser conduzido com determinação, mas também com a humildade de quem reconhece as limitações de sua experiência.

Alberto Veiga**, do **Instituto de Economia Agrícola**, da **Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

LAVOURAS: PRODUÇÃO E RESULTADOS FINANCEIROS

Em agosto de 1986, anunciou o governo federal sua **política agrícola** para o período 1986-89 (ver **Agroanalysis**, vol. 10, nº 8, agosto de 1986). Essa **política** visava estabelecer um conjunto sincronizado de ações para a "obtenção de adequadas taxas de crescimento de alimentos básicos (arroz, milho, feijão, mandioca, ovos, leite e carnes). Dentre as metas físicas, o objetivo era alcançar, na safra 1988/89, a produção de 71,6 milhões de t dos principais **grãos**, definidos como arroz, feijão, milho, trigo e soja.

Daquela data até hoje, diversos acontecimentos se sobrepuseram às intenções. A economia se viu tumultuada pela escassez de recursos e pelas altas taxas de inflação e foram implementados dois planos de estabilização (**Bresser** e **Verão**. O **Plano Cruzado** foi anterior ao período enfocado). A nova **Constituição**, promulgada em 05/10/88, no Artigo 50 de suas **Disposições Transitórias** estabeleceu que: "Lei Agrícola a ser promulgada no prazo de um ano disporá, nos termos da Constituição, sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário". Só recentemente projetos dessa Lei começaram a ser discutidos no **Congresso Nacional**, pelo que se pode supor que o prazo do mandamento constitucional deixará de ser alcançado.



QUADRO 13 – BRASIL – PRINCIPAIS LAVOURAS – QUANTIDADES PRODUZIDAS – MÉDIAS TRIENAIS – (em t)

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIAS TRIENAIS 1984-86	MÉDIAS TRIENAIS 1987-89
Lavouras		
Algodão	2.443.694	2.030.733
Amendoim	268.376	173.123
Arroz	9.485.462	11.111.515
Banana	485.511	525.566
Batata-inglesa	1.983.814	2.248.814
Cacau	407.045	369.806
Café-em-coco	2.871.966	3.315.908
Cana-de-açúcar	236.003.569	263.890.826
Feijão	2.464.631	2.470.389
Fumo em folha	403.776	430.541
Laranja	67.475.753	77.178.334
Mandioca	23.382.334	22.752.580
Milho	21.241.182	26.014.729
Soja	15.718.023	19.626.297
Tomate	1.863.506	2.276.789
Trigo	3.980.631	5.682.547

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

Torna-se oportuno, a esta altura, indagar sobre o que ocorreu com a agricultura desde agosto de 1986.

Entre os anos de 1986 e 1989, o **Produto Real da Agropecuária** registrou taxas de crescimento negativa ou reduzidas, exceto em 1987 (ver **Agroanalysis**, vol. 13, nº 8, agosto de 1989), ano em que a elevada taxa de 14,7% ficou a dever bastante à recuperação da safra cafeeira, que, naquele ano, registrou crescimento de 116%. O desempenho das lavouras em geral foi bem melhor (16,6%) que o dos produtos animais e derivados (11,8%).

QUADRO 14 – BRASIL – PREÇOS DE PRODUTOS VEGETAIS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E PAGOS POR INSUMOS SELECIONADOS (CZ$ corrigidos/unidade[1])

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	MÉDIAS TRIENAIS 1984-86	1987-89	Δ%
Lavouras				
Algodão	kg	0,92	0,57	-38
Amendoim	kg	0,60	0,44	-28
Arroz	kg	0,40	0,23	-41
Banana	dúzia	0,27	0,28	4
Batata-inglesa	kg	0,44	0,39	-10
Cacau	15 kg	52,00	30,41	-42
Café-em-coco	kg	2,14	1,06	-50
Cana-de-açúcar	t	20,20	14,47	-28
Feijão	kg	1,08	0,79	-27
Fumo em folha	kg	1,99	1,40	-30
Laranja	cento	4,50	3,35	-26
Mandioca	t	81,97	76,20	- 7
Milho	kg	0,26	0,17	-33
Soja	kg	0,41	0,30	-26
Tomate	kg	0,47	0,45	- 5
Trigo	kg	0,69	0,25	-64
Insumos				
Mão-de-obra				
Mensalista	mês	133,00	98,74	-26
Diarista	dia	5,14	3,42	-33
Óleo Diesel	l	0,68	0,40	-41

FONTE – FGV/Ibre/Cea.

[1] Preços corrigidos pelo IGP-DI, para junho de 1989.

QUADRO 15 – BRASIL – PRINCIPAIS LAVOURAS – VALOR DA PRODUÇÃO ANUAL (NCz$ mil corrigidos[1])

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIAS TRIENAIS 1984-86	1987-89	Δ%
Lavouras			
Algodão	2.197.791	1.165.614	-47
Amendoim	160.968	73.503	-54
Arroz	3.755.421	2.600.885	-31
Banana	11.085	12.483	13
Batata-inglesa	862.117	877.630	2
Cacau	1.383.078	741.954	-46
Café-em-coco	5.567.127	3.733.731	-33
Cana-de-açúcar	4.756.387	3.824.834	-20
Feijão	2.692.951	1.938.867	-28
Fumo em folha	801.552	603.526	-25
Laranja	3.044.068	2.585.986	-15
Mandioca	1.898.057	1.736.345	- 9
Milho	5.487.861	4.528.077	-17
Soja	6.509.329	6.025.939	- 7
Tomate	871.548	1.016.612	17
Trigo	2.409.165	1.425.661	-41
TOTAL	42.408.507	32.891.646	-22

FONTE – IBGE.

[1] Valores calculados a partir da produção anual e das médias anuais dos preços recebidos pelos agricultores, corrigidos pelo IGP-DI, para junho de 1989.

O Quadro 13 apresenta a variação média de algumas das principais lavouras em relação ao triênio anterior.[1] Observa-se que, exceto quanto à mandioca e ao feijão, as quantidades colhidas dos principais alimentos registraram expressivo aumento. As chamadas lavouras de exportação, salvo o cacau, também apresentaram resultados satisfatórios, em termos de safras. Apenas as lavouras de algodão e amendoim se reduziram sensivelmente.

A produção obtida daqueles **grãos** que a **política** visava estimular somou, em 1989, cerca de 69.567 mil t, aproximando-se bastante das 71.600 mil t almejadas, embora, produto a produto, as metas por vezes se distanciam. Foi prevista expansão de 7% a.a. para o arroz e o milho; de 5% a.a., para o feijão e de 4,7% a.a., para a soja. Verificou-se, contudo, que as quantidades produzidas de arroz e milho, obtidas em 1989, foram 13% e 19%, respectivamente, abaixo das previsões, enquanto as safras de feijão e soja superaram as mesmas previsões em 6,5% e 24,6%.

Estes resultados animadores e, até certo ponto, surpreendentes, significam que, apesar dos percalços, a agricultura brasileira mostrou expressivo desempenho quantitativo. Mas isso representa, também, melhoria na situação dos agricultores?

O Quadro 14 mostra a evolução dos preços recebidos pelos agricultores no período que se examina. Consideraram-se, apenas, os dados dos primeiros semestres, para se ter uma base comum de análise, uma vez que só se dispõe de preços até agosto em 1989). Nota-se que, descontada a inflação, é grande o número de variações negativas nos preços recebidos, isto é, durante a vigência do **Plano de Metas** os preços no nível do produtor se deterioraram, seguindo, aliás, tendência observada desde o início da década.

1 Usaram-se médias trienais para amenizar o impacto de fatores aleatórios.

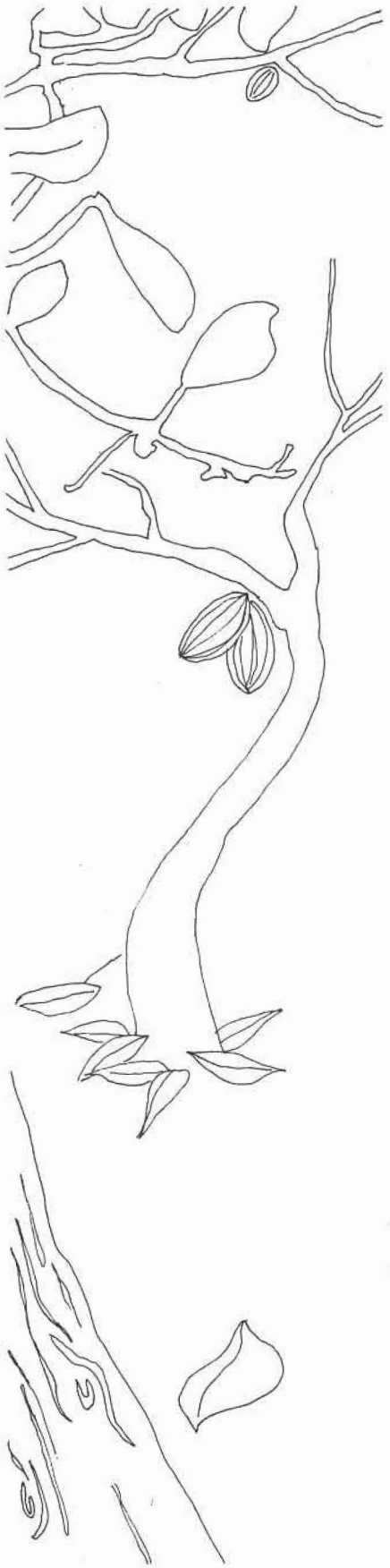


GRÁFICO 08 – PREÇOS RELATIVOS – SOJA/INSUMOS

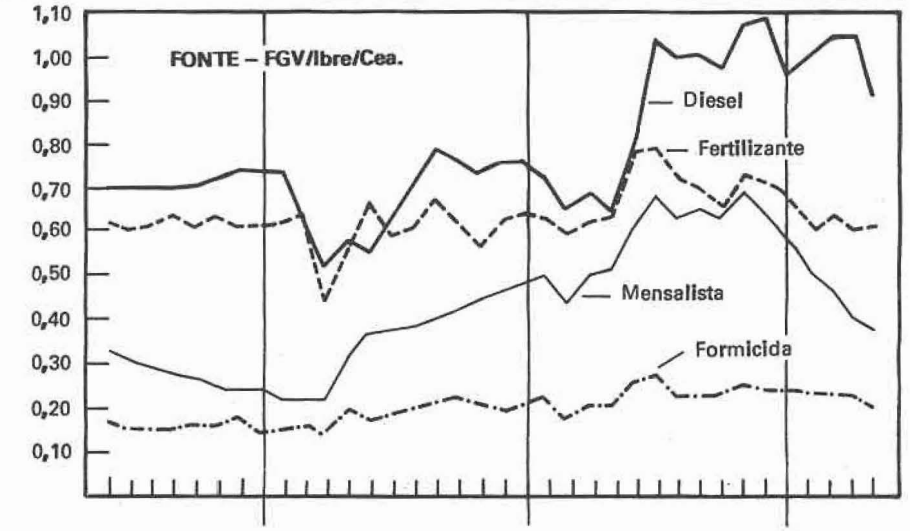


GRÁFICO 09 – PREÇOS RELATIVOS – MILHO/INSUMOS

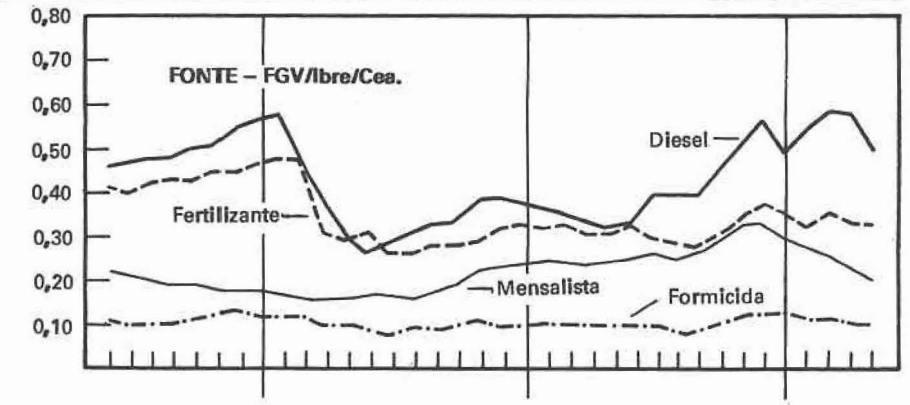


GRÁFICO 10 – PREÇOS RELATIVOS – ARROZ/INSUMOS

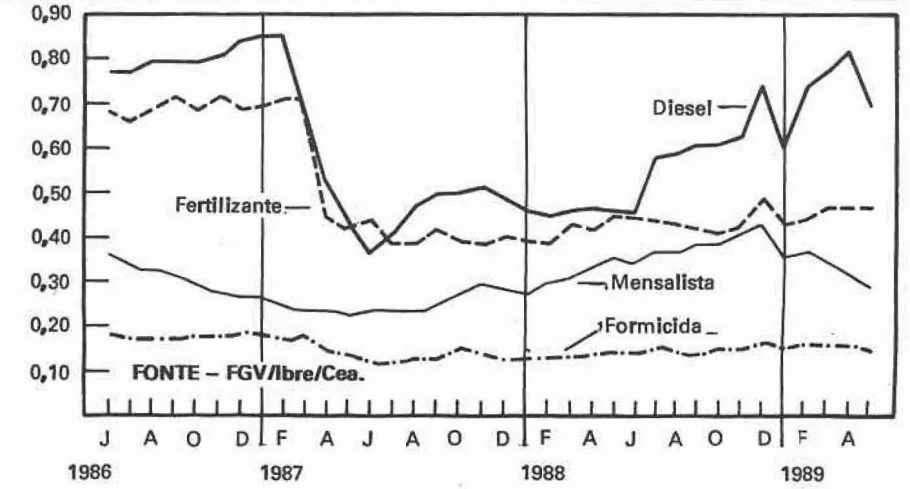
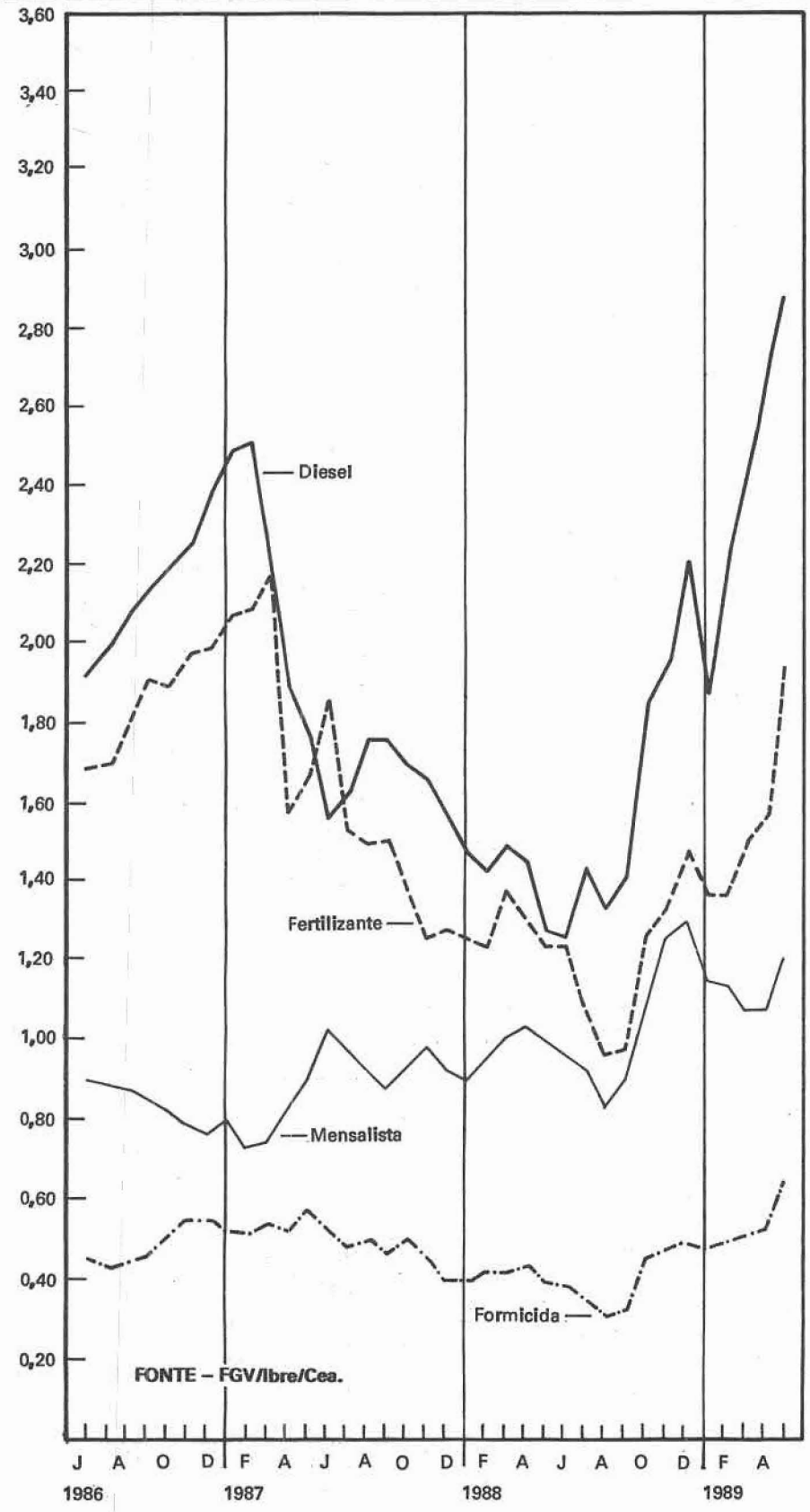


GRÁFICO 11 – PREÇOS RELATIVOS – FEIJÃO/INSUMOS



A situação somente deixaria de preocupar se tivessem ocorrido fatores que compensassem esse declínio dos preços. No que se refere ao crédito rural, na década anterior instrumento previlegiado de incentivo ao **Setor Agrícola**, seus recursos foram muito escassos. Além disso, a correção monetária, que vigorou em boa parte destes últimos anos, onerou os custos financeiros. No triênio 1986-88 (último ano para o qual se dispõe de dados) os aportes médios ao financiamento rural foram 10% inferiores aos do triênio anterior, embora em 1985 e 1986 haja havido aumento substancial do crédito concedido. Não é de se estranhar que, com preços em queda e falta de crédito, as **Aquisições do Governo Federal (AGF)** tenham, em 1987, alcançado cifras recordes em termos de quantidade (12 milhões de t, no total, de algodão, arroz, feijão, milho e soja), embora em moeda constante seu valor se tenha reduzido. Para contornar esta situação, que pressionava o **Orçamento** da **União** em 1988, foi implementada uma política de **preços de intervenção** (ver **Agroanalysis**, vol. 12, nº 1, janeiro de 1988), que parece ter contribuído para frear o declínio dos preços recebidos pelos agricultores, a partir do segundo semestre de 1988, e que reduziu a quantidade do produto em AGF para 4.183 t, em 1988.

A situação poderia amenizar-se se ocorresse aumento da produção capaz de compensar o declínio das cotações, com o que se manteria estável a renda do agricultor.

Com base nos preços médios referidos e nos dados de produção pode-se fazer uma estimativa, embora grosseira, da renda obtida pelo **Setor**, mas apenas no que diz respeito às lavouras. Este exercício revela que, no triênio 1987-89, a renda da produção vegetal caiu 22% relativamente ao triênio anterior, porém, deve-se assinalar que, em 1989, a renda

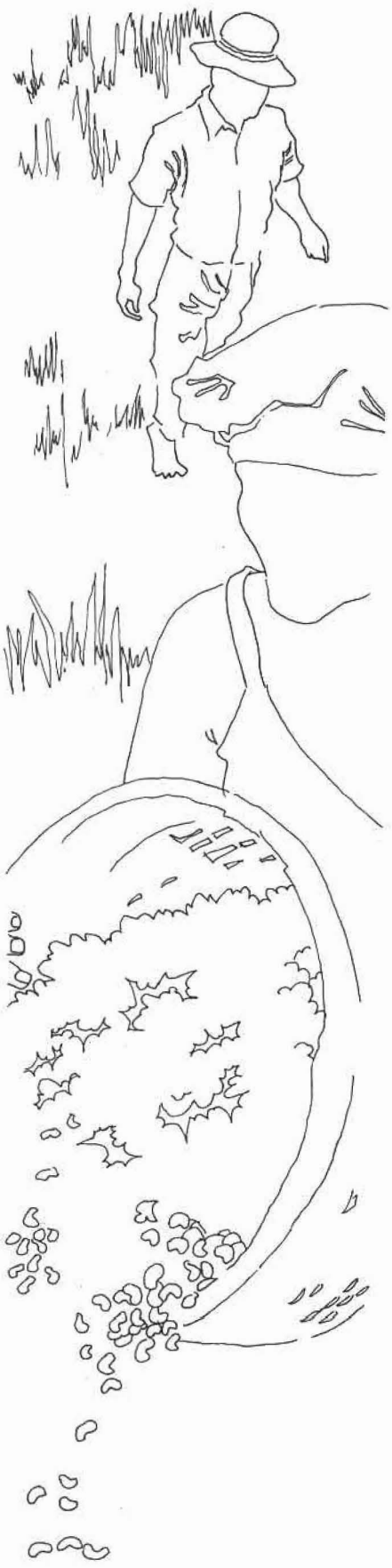
se tenha recuperado 19%, em relação ao ano anterior.

Outra indagação que cabe fazer é sobre a relação entre os preços de insumos e os preços dos produtos, no nível do agricultor. Para o período anterior ao ano de 1986, não se dispõe de informações suficientes sobre preços de insumos, em termos de média para o Brasil, pois estas só puderam ser obtidas a partir das ponderações construídas, com o objetivo de se calcular o **Índice de Preços Pagos – IPP** (ver **Agroanalysis**, vol. 11, nº 2, fevereiro de 1987).

Entretanto, como há suficientes informações sobre os salários vigentes da mão-de-obra rural e os preços de óleo **Diesel**, podem elas servir como indicadores, apesar de bastante imperfeitos, do que ocorreu no período e, a partir daí, concluir-se que ambos igualmente apresentaram declínio no período, o que pode ter contribuído, por seus efeitos quanto à redução de custos de produção, para contrabalançar a queda dos preços recebidos pelos agricultores.

Por outro lado, como, a partir de junho de 1986, existem séries de preços médios de insumos em nível de **Brasil**, é conveniente observar que ocorreu nestes últimos trinta e seis meses. Os Gráficos 08 a 11 registram os preços relativos de produto e insumos para algumas das principais lavouras. O aspecto mais marcante revelado pelos gráficos é o da oscilação intensa de tais preços relativos, isto é, embora exista uma tendência decrescente para os preços de produto e insumo, quando descontada a inflação, os preços variam em ritmos diferentes.

Diante destas observações, ressaltando-se que são muito gerais, podem-se apontar alguns itens que merecem um estudo mais aprofundado:



a) o **Setor Agrícola**, pelo menos no que se refere às lavouras, parece ter respondido adequadamente às necessidades de fornecedor de alimentos e de produtos exportáveis, não obstante as restrições constatadas, em termos de escassez de recursos financeiros e de uma política de incentivos concretos;

b) apesar do aumento da produção física, registrado nos anos mais recentes, a renda agrícola declinou. E, embora este fato possa ter sido amenizado por uma redução dos preços dos insumos, trata-se de uma situação precária, dada a extrema desigualdade das unidades produtivas;

c) a grande instabilidade dos preços relativos produto/insumo indica que a capacidade de antecipar fatos e escolher as melhores épocas para a venda da safra é fator decisivo para o sucesso ou fracasso financeiro do agricultor. O risco inerente à atividade deve estar sendo ampliado e isto, sem dúvida, atinge de forma mais acentuada o pequeno agricultor, que tem menos acesso às fontes de informação e menor poder de negociar; e

l) é necessário que se repense a política agrícola, para adequá-la às reais necessidades da sociedade, o que inclui a garantia de rentabilidade dos empreendimentos, para que possam permanecer e expandir-se.

***Maria José Cyhlar Monteiro**, economista do **Cea/Ibre/FGV**.*

BATATA-INGLESA

BRASIL – ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE BATATA-INGLESA – 1920–88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)
1920	...	145 985	1955	178 614	898 184
1921	...	202 670	1956	185 314	1 003 098
1922	...	214 175	1957	189 603	998 993
1923	...	216 154	1958	191 952	1 016 548
1924	...	220 010	1959	187 889	1 024 708
1925	...	209 300	1960	198 772	1 112 640
1926	...	277 089	1961	191 255	1 080 310
1927	...	248 542	1962	196 198	1 133 860
1928	...	272 665	1963	199 788	1 167 774
1929	...	285 257	1964	208 674	1 263 812
1930	...	273 326	1965	202 257	1 245 857
1931	24 000	360 797	1966	199 308	1 328 774
1932	44 000	400 418	1967	217 423	1 466 521
1933	42 300	380 369	1968	226 728	1 606 473
1934	33 698	314 679	1969	221 049	1 506 500
1935	53 573	358 928	1970	214 155	1 583 465
1936	45 812	335 006	1971	...	...
1937	61 781	322 791	1972	...	...
1938	81 747	401 777	1973	188 644	1 336 880
1939	85 191	503 822	1974	192 312	1 672 498
1940	66 420	433 746	1975	191 216	1 654 767
1941	69 640	452 500	1976	199 641	1 897 518
1942	71 974	417 443	1977	195 767	1 896 311
1943	101 995	517 517	1978	211 315	2 013 882
1944	84 017	462 660	1979	204 118	2 154 173
1945	115 855	595 670	1980	181 084	1 939 537
1946	110 122	541 743	1981	170 982	1 912 169
1947	116 521	575 387	1982	182 504	2 154 775
1948	128 068	585 310	1983	169 070	1 826 579
1949	154 856	747 764	1984	172 633	2 171 133
1950	147 739	707 159	1985	155 235	1 946 659
1951	149 518	721 747	1986	160 677	1 835 975
1952	152 032	735 402	1987	176 857	2 330 817
1953	163 047	814 705	1988	173 168	2 299 499
1954	165 265	815 011			

FONTE – IBGE.

Nota: Os dados da coluna de área colhida, no período de 1920 a 1965, se referem a áreas cultivadas.

CACAU

BRASIL – ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE CACAU EM AMÊNDOA – 1920–88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)
1920	...	66 883	1955	368 297	157 921
1921	...	35 485	1956	375 915	161 093
1922	...	58 891	1957	386 676	164 556
1923	...	57 400	1958	460 917	164 186
1924	...	67 911	1959	466 209	177 834
1925	...	59 756	1960	470 806	163 223
1926	...	72 216	1961	474 270	155 901
1927	...	71 206	1962	464 762	140 363
1928	...	76 266	1963	469 644	143 495
1929	...	64 126	1964	487 136	153 685
1930	...	68 729	1965	482 317	160 823
1931	153 670	76 738	1966	455 866	170 363
1932	180 000	104 437	1967	473 078	194 692
1933	175 730	100 074	1968	432 691	149 338
1934	175 880	107 922	1969	437 637	211 162
1935	177 715	127 166	1970	443 916	197 061
1936	189 080	126 677	1971	...	...
1937	187 330	118 900	1972	...	...
1938	180 909	141 839	1973	416 175	195 916
1939	205 902	134 759	1974	515 200	164 616
1940	229 884	128 016	1975	451 145	281 887
1941	239 362	132 305	1976	407 329	231 796
1942	241 164	108 869	1977	412 743	249 755
1943	239 173	178 300	1978	443 866	284 490
1944	241 520	116 532	1979	453 569	336 326
1945	267 920	119 656	1980	482 521	319 141
1946	243 772	121 659	1981	504 935	335 625
1947	257 885	119 056	1982	533 273	351 149
1948	260 786	96 910	1983	590 744	380 256
1949	258 024	133 376	1984	586 242	329 903
1950	275 970	152 902	1985	649 070	430 789
1951	291 383	121 199	1986	655 502	458 754
1952	284 396	113 558	1987	649 383	329 266
1953	340 462	136 970	1988	667 842	374 868
1954	352 924	162 947			

FONTE – IBGE.

Nota: Os dados da coluna de área colhida, no período de 1920 a 1965, se referem a áreas ocupadas com pés em produção.

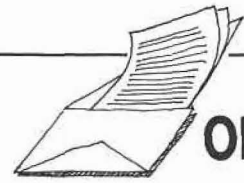
MILHO

BRASIL – ÁREA COLHIDA E QUANTIDADE PRODUZIDA DE MILHO EM GRÃO – 1920–88

ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ANO	ÁREA COLHIDA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)
1920	...	4 999 698	1955	5 623 134	6 689 930
1921	...	5 387 761	1956	5 997 876	6 999 329
1922	...	5 514 154	1957	6 095 085	7 763 439
1923	...	5 603 007	1958	5 790 350	7 370 089
1924	...	4 939 634	1959	6 189 107	7 786 739
1925	...	4 480 915	1960	6 681 165	8 671 952
1926	...	4 368 718	1961	6 885 740	9 036 237
1927	...	5 097 431	1962	7 347 881	9 587 285
1928	...	4 691 387	1963	7 957 633	10 418 267
1929	...	5 270 614	1964	8 105 894	9 408 043
1930	...	5 026 515	1965	8 771 318	12 111 921
1931	3 170 000	4 749 995	1966	8 703 169	11 371 455
1932	3 722 000	5 769 634	1967	9 274 321	12 824 500
1933	4 351 690	5 608 212	1968	9 584 754	12 813 638
1934	3 987 978	5 292 060	1969	9 653 757	12 693 435
1935	4 076 170	5 932 908	1970	9 858 108	14 216 009
1936	3 871 810	5 721 202	1971	...	...
1937	3 876 895	5 775 910	1972	...	...
1938	4 253 878	5 559 835	1973	9 923 570	14 185 877
1939	4 379 481	5 393 553	1974	10 672 450	16 273 227
1940	3 903 940	4 875 533	1975	10 854 687	16 334 516
1941	4 112 426	5 438 010	1976	11 117 570	17 751 077
1942	4 059 316	5 276 399	1977	11 797 411	19 255 936
1943	4 289 974	5 210 396	1978	11 124 827	13 569 401
1944	4 101 315	5 574 741	1979	11 318 885	16 306 380
1945	4 092 054	4 846 557	1980	11 451 297	20 372 072
1946	4 326 864	5 721 372	1981	11 520 336	21 116 908
1947	4 323 052	5 502 548	1982	12 619 531	21 842 477
1948	4 346 544	5 607 477	1983	10 705 979	18 731 216
1949	4 516 540	5 448 879	1984	12 018 446	21 164 138
1950	4 681 827	6 023 549	1985	11 798 349	22 018 180
1951	4 749 951	6 218 030	1986	12 465 836	20 530 960
1952	4 864 079	5 906 916	1987	13 503 431	26 802 769
1953	5 119 609	5 984 284	1988	13 181 987	24 749 550
1954	5 528 338	6 788 794			

FONTE – IBGE.

Nota: Os dados da coluna de área colhida, no período de 1920 a 1965, se referem a áreas cultivadas.



OPINIÃO DO LEITOR

Nos últimos números de ***Agroanalysis****, estão várias sínteses de críticas recentes de leitores habituais, as quais hoje se encerram, como uma primeira etapa. Totalizaram 802, conforme discriminação que se faz a seguir, segundo as unidades da Federação de suas origens. Há muitas outras, que poderão ser divulgadas, oportunamente. Repita-se que a direção do* ***Agroanalysis*** *envida esforços no sentido de satisfazer os leitores, e há de ser este o objetivo de qualquer publicação. Na medida em que vencer atuais dificuldades, as sugestões factíveis recebidas serão incorporadas, sendo de notar que algumas já o foram.*

(Continuação do número anterior)

De Florianópolis (SC):
Informações e dados mais específicos sobre a comercialização pós-safra dos principais grãos agrícolas (soja, milho, arroz) visando a movimentação dos estoques governamentais e particulares. Retorno do acompanhamento das culturas temporárias, em panorama agropecuário, até o final da safra.

De São Paulo (SP):
Para a obtenção de um panorama geral da agropecuária, bem como análises de mercados específicos, apresenta uma objetividade maior que as demais publicações, já sendo portanto, bastante satisfatória.

De Brasília (DF):
Maior rapidez na divulgação dos assuntos para ser uma fonte de leitura e consulta cada vez mais atualizada.

De Aracaju (SE):
A meu ver, essa revista não tem similar no **Brasil** em função da profundidade técnica e isenção nas abordagens dos assuntos. Melhoria no sistema de informação a partir de uma avaliação de safras (as de verão), próprias da revista.

Do Rio de Janeiro (RJ):
1) Análises Regionais – Centro-Sul, Norte e Nordeste. 2) Maior divulgação e tiragem, mediante venda de assinaturas ou nºs avulsos.

De Goiânia (GO):
Insistir em análises extensivas de situação e prognóstico de produção e consumo dos principais produtos agropecuários.

De São Paulo (SP):
Alguns ensaios de profundidade por ano. Informação sobre conjuntura do mercado externo (por ex.: problemas da política agrícola da CEE).

De Resende (RJ):
1) Política Agrícola e Crédito Rural. 2) Exportações & Importações Agrícolas. 3) Previsão de safra.

De Alfredo Chaves (ES):
Aspectos ligados ao crédito rural. Conjuntura econômica da agricultura brasileira, de modo geral e tendências futuras.

De São Paulo (SP):
Agroanalysis preenche plenamente os assuntos de interesse da atividade agrícola.

De Juiz de Fora (MG):
A revista é excelente e, até o momento, insuperável na sua especialidade. Contudo, talvez conviesse introduzir uma pequena resenha dos resultados das pesquisas nacionais no campo agropecuário.

De Cuiabá (MT):
Que os mercados pecuários (bov. corte/suínos/aves) fossem abordados em todas as edições. Maior número de tabelas e quadros. No todo, o sistema atual está muito bom!

De Brasília (DF):
Informar os levantamentos feitos em campo pela **CFP – Companhia de Financiamento à Produção** de todos os produtos possíveis como também estimativas de safra.

De Natal (RN):
Ampliar textos sobre crédito rural, administração rural e imposto de renda.

De Porto Alegre (RS):
A revista é excelente.

De Salvador (BA):
Mais comentários e análises sobre as medidas adotadas pelo governo, no setor agropecuário.

De Vitória (ES):
Atende bem ao que necessitamos em nossa instituição.

De Belo Horizonte (MG):
Fornecer mais elementos sobre o balanço x demanda industrial dos produtos agropecuários. Função estabilizadora e não da agroindústria no panorama agropecuário.

De Brasília (DF):
1) Maior rapidez na entrega (atualidade da informação). 2) Atenção parcial à olericultura/fruticultura. 3) Atenção a exportações agropecuárias específicas (não tradicionais).

Do Rio de Janeiro (RJ):
Comparações de mercado interno e externo, referentes a grãos, soja e milho, bem como **pellets** e óleo de soja.

Do Rio de Janeiro (RJ):
A revista atende aos nossos anseios: linguagem simples e bom conteúdo.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Situação de mercados competitivos a matéria-prima nacional (produto primário, semi-industrializado e industrializado). Comentário final sobre Balanço de Importações x Exportações e estoque para produtos primários.

De Porto Alegre (RS):
Os preços no mercado, ou melhor, as informações sobre os preços de mercado chegam muito atrasadas.

De São Paulo (SP):
Felicito-os pela maneira como é elaborado **Agroanalysis.**

De São Paulo (SP):
Agilização da informação das cotações e tendências, que em geral chegam com alguma defasagem no tempo.

De Brasília (DF):
Análises mais freqüentes de política agrícola.

De Goiânia (GO):
Alguns dados sobre esmagamento de soja, no Brasil.

De Curitiba (PR):
Na medida em que **Agroanalysis** efetua análises específicas da agropecuária ou de produtos específicos da agropecuária, torna-se publicação única em seu gênero.

De Piracicaba (SP):
Gostaria que voltassem periodicamente as análises mais abrangentes sobre determinados produtos, insumos e atividades.

De Viçosa (MG):
Continuar o excelente trabalho que vêm realizando. Eventuais análises de setores (fertilizantes, p. ex.), como fez uma ou duas vezes, de interesse geral para a agricultura.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Melhorar a apresentação gráfica.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Nas previsões de safras e informações sobre estoques, basear-se menos nas informações da **CFP** e mais em outras fontes mais idôneas.

De Brasília (DF):
Análise de mercado – atacado e varejo – e comparativas de preços de **commodities** – mercado externo e interno.

De Bauru (SP):
Considero a publicação de alto nível.

De Brasília (DF):
Sua distribuição deixa a desejar.

De Manaus (AM):
Quadro geral comparativo, preços agropecuários com salários. Inflação.

De Belém (PA):
Análise mais específica dos produtos de mercado interno.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Seu nível técnico atende plenamente às minhas necessidades.

De Curitiba (PR):
Considerando que o café é basicamente ainda nosso produto de maior relevância, sugiro que em todos os números deva aparecer algo a respeito: – no momento, estimativa de safra, depois comercialização etc.

Do Rio de Janeiro (RJ):
A publicação está ótima.

De São Paulo (SP):
Síntese dos assuntos, com números gerenciais de maior enfoque.

De Pelotas (RS):
Nos parece uma excelente publicação. A leitura é feita também por outros departamentos desta Cooperativa, sendo posteriormente recolhida para a biblioteca.

De São Paulo (SP):
Perspectivas e prognósticos do setor agropecuário diante das medidas governamentais e de política econômica como um todo. Lucratividade do setor agrícola, distribuído por feixe de produtor (pequeno, médio e grande).

De Recife (PE):
Potencial de produtos agropecuários que, produzidos no **Brasil**, substituiriam importações (ex.: corantes vegetais, hormônios vegetais etc.).

De São Paulo (SP):
Fazer um balanço anual do gasto de divisas com importação de alimentos, borracha, algodão etc. para a Nação ficar sabendo que parte da dívida é criminosa, via desestímulo da agricultura brasileira.

De São Paulo (SP):
Acredito que já está bom. Gostaria muito de continuar recebendo esta publicação, dada a natureza dos trabalhos, que realizo no Instituto de Economia Agrícola (**IEA**).

Do Rio de Janeiro (RJ):
Regionalizar as análises de comercialização nas cinco regiões, a saber: Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte, Nordeste.

De Bagé (RS):
Analisar, mesmo que eventualmente, algumas culturas secundárias, como horticultura, fruticultura, vinicultura etc.

De São Paulo (SP):
A publicação se enriqueceria se se dedicasse a uma análise específica e mais ampla do mercado externo para **commodities** agrícolas. Embora seja tarefa complexa, poderia dedicar-se também a prestar informações sobre as atividades de uma amostra representativa de companhias e cooperativas ligadas à produção, beneficiando a comercialização de **commodities** agrícolas. **Agroanalysis** integra as coleções de periódicos da nossa Biblioteca, sendo objeto de consultas freqüentes por parte da Assessoria Econômica ou de técnicos ligados ao acompanhamento de empresas envolvidas na produção e comercialização de produtos agropecuários.

De Picos (PI):
Atualização de informes no setor agropecuário.

De Recife (PE):
Introdução de um setor dedicado às conjunturas regionais, às grandes regiões ou, se possível, aos estados.

De Brasília (DF):
A **Agroanalysis** é, atualmente, a melhor publicação especializada sobre o setor agrícola. Há mais de quatro anos que o Departamento de Análise Setorial acompanha essa revista. É claro que existem inúmeras publicações específicas sobre os produtos agrícolas. Contudo, podemos afirmar que nenhuma contém análises tão profundas e ponderadas sobre o desempenho e perspectivas dos setores agrícolas em questão.

De São Paulo (SP):
Conforme já escrevi anteriormente, a única restrição é relativa ao tempo que a publicação demora para nos chegar às mãos, o que prejudica demais as informações sobre tendências de preços e prognósticos.

De Porto Alegre (RS):
Por ser um órgão que trata de abastecimento, **Agroanalysis** tem sido muito importante para os nossos técnicos. Os usuários da biblioteca têm utilizado como fonte de pesquisa para o desenvolvimento de trabalhos na área técnica.

De Florianópolis (SC):
Considero a publicação excelente. Poderia sugerir estatísticas sobre áreas cultivadas das principais culturas, a nível estadual e nacional, com enfoque em nível de tecnologia, o que o IBGE não alcança.

De Londrina (PR):
Divulgação mais rápida.

De Rio Branco (AC):
Considero muito boa a linha de **Agroanalysis**, esperando que a **Fundação** possa vir a possibilitar o aprofundamento dos sistemas de coleta e análise de dados.

De São Paulo (SP):
A revista está sendo entregue com 1 mês de atraso, normalmente já houveram modificações nos preços (principalmente **commodities**) e as previsões ficam desatualizadas em determinados períodos, pois 30 dias modificam sensivelmente a informação das safras de outros países produtores (ex.: **início** da safra ou de temporão africanos no cacau).

De Presidente Prudente (SP):
Quando recebo, os dados de preço já estão defasados em 1 ou 2 meses, porém utilizo os gráficos de tendência. O panorama é muito bom e por diversas vezes bastante profundo. Sugiro que se cobre até uma anualidade dos assinantes.

De São Paulo (SP):
Os assuntos tratados são abordados com o rigor e a fidedignidade exigida. Apenas, em determinados períodos do ano deveriam ser abordados aspectos da produção e comercialização de hortigranjeiros, principalmente as olerícolas.

De Goiânia (GO):
Sugestão: relação periódica dos preços dos insumos agropecuários.

De Brasília (DF):
Acrescentar o prognóstico de área e produção da **Companhia de Financiamento da Produção.**

Do Rio de Janeiro (RJ):
a) Um enfoque mais regional, inclusive para o **Rio de Janeiro.** b) Mais ênfase nos artigos de comentário e retrospectiva, com a publicação de séries de produção e preços. c) Agilização dos esquemas de consulta para os assinantes.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Como exportadores de café, achamos os seus comentários muito interessantes.

De Curitiba (PR):
A data da entrega, quase sempre com duas semanas de atraso do começo do mês.

De Recife (PE):
Acho que deveriam ser analisadas/consideradas, questões relativas à regionalização da produção agrícola brasileira, considerando-se as potencialidades edafo-climáticas regionais dos principais produtos (cana-de-açúcar, algodão, milho, feijão, arroz, soja, trigo e mandioca) e respectivas vantagens comparativas (se possível), com tratamento desagregado por estado.

De Salvador (BA):
1) Preços mais realistas. Parecem sempre mais baixos. 2) Mais comentários sobre a política oficial de Perseguição à Agropecuária. 3) Repercussões do Desgoverno Federal na situação **Agropecuária.**

Do Rio de Janeiro (RJ):
Maior preocupação com a área de abastecimento de gêneros alimentícios, uma área carente de considerações mais profundas.

De Lages (SC):
Acrescentar análise sobre fruticultura temperada, em especial a maçã.

De Anápolis (GO):
Na atividade de financiar a agropecuária, é importante conhecer as tendências dos mercados. **Agroanalysis** faz muito bem o comentário e análise destas tendências.

De Arenápolis (MT):
Sinceramente, creio que dentro de suas características o **Agroanalysis** está atingindo plenamente seus objetivos.

De São Paulo (SP):
Consideramos **Agroanalysis** de excelente qualidade. Por que vocês não mudam o tipo de papel para baratear os custos? Por que não se cobra uma assinatura, mesmo que para cobrir apenas alguns custos, ajudando-os a manter essa publicação sem queda de qualidade ou corte de assinantes? É importante para nós, continuarmos recebendo-a. Obrigada.

De Fortaleza (CE):
Sugiro maior abordagem das safras da região Nordeste, destacando os problemas inerentes a cada cultura e, se for o caso, destacando também os estados onde estes sejam mais significativos. Sugiro como fonte de informações o trabalho de análise conjuntural desenvolvidos em nível dos estados por cada **Cepa.**

De São Paulo (SP):
Nosso trabalho está relacionado com frutas, sendo as principais laranja, maracujá e abacaxi. Pedimos maior espaço quanto ao mercado consumidor, estimativa de produção e regiões produtoras.

De Brusque (SC):
A revista é muito boa. Entretanto, para ser moderna, é necessário sempre estar publicando matérias de interesse dos leitores e, principalmente, ao alcance de quem lê. Sem sofisticação.

De Miracema do Norte (GO):
Dispensar maior atenção sobre a comercialização de produtos agrícolas. Áreas plantadas, comparando com o mundo.

De São Paulo (SP):
Consideramos a publicação de muito boa qualidade. Por sermos uma entidade de classe, que representa os fabricantes de tratores agrícolas, temos interesse em recebê-la.

De Sorocaba (SP):
Prognósticos e tendências de preços do mercado agrícola e agilização das remessas dos exemplares.

De São Paulo (SP):
Ela sai com atraso, prejudicando a informação do preço do mercado externo e interno.

Do Rio de Janeiro (RJ):
Gostaríamos de sugerir a edição de **Agroanalysis** com menor atraso.

De Porto Alegre (RS):
Inserir comentários sobre a produção de sementes nos estados brasileiros, apresentando dados de produção, comercialização etc.

De Brasília (DF):
Periodicidade mais regular.

De Brasília (DF):
1) **Distribuição** – maior agilização para uma melhor oportunidade de informação. 2) **Sugestão** – é grande o interesse pelo **Agroanalysis**. Acreditamos que já é tempo de se cobrar pelo recebimento do periódico (sistema de assinatura).

De São Paulo (SP):
Entendemos ter sido excelente o enfoque com mais profundidade, mais dados estatísticos dos produtos pecuários. Que tal fazer o mesmo com os insumos? É uma área carente de trabalho sério como o dos Srs.

De Salvador (BA):
Acho o trabalho excelente. Porém, caso possam, publiquem uma vez por ano uma Análise Conjuntural Global, abrangendo vários setores econômicos.

De Belém (PA):
Publicar a tendência de comercialização em nível estadual, face à análise dos mercados, por produtos.

De São Paulo (SP):
Análises mais específicas de mercado para produtos agroindustriais e de indústrias de alimentos.

De Porto Alegre (RS):
Iniciar um estudo e análise de produtos alternativos, tipo aveia, centeio, colza, linho, cevada e outros, para o inverno na região Centro-Sul. Colocar periodicamente uma listagem de fontes e bibliografia de material ou que trabalham na linha de agropecuária para melhor intercâmbio e estudo de nossos leitores.

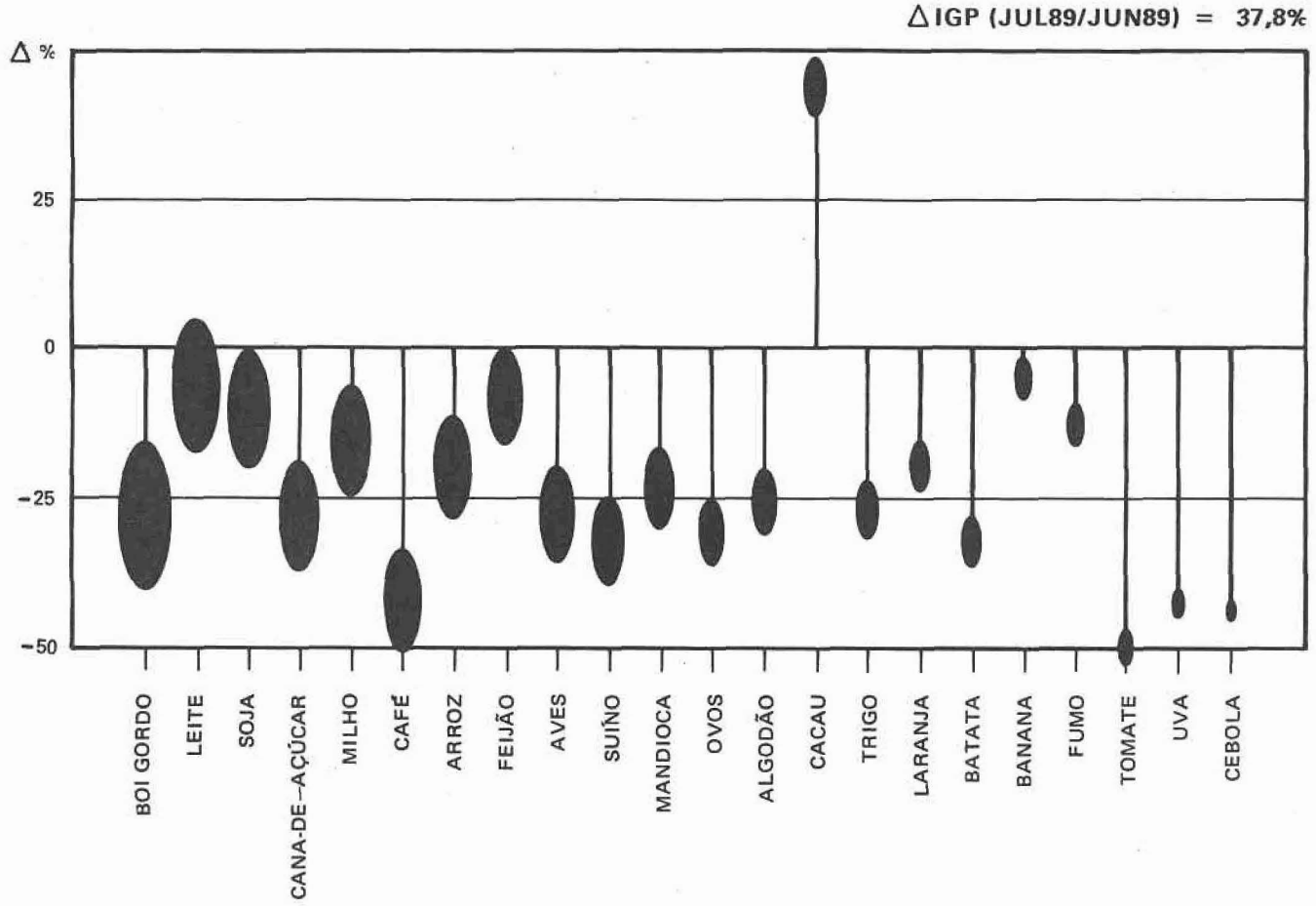
De Canoas (RS):
Incluir em páginas iniciais ou finais os dados básicos atualizados sobre taxa de juros agrícolas, limites, linhas de crédito e uma série histórica das produções e áreas em nível nacional.

De Brasília (DF):
Ressalto a importância da seção "Preceitos de Política Agrícola".

NÚMERO DE CRÍTICAS SELECIONADAS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO DE ORIGEM

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO
Rondônia	3
Acre	2
Amazonas	4
Roraima	0
Pará	3
Amapá	0
Maranhão	5
Piauí	6
Ceará	14
Rio Grande do Norte	3
Paraíba	5
Pernambuco	17
Alagoas	3
Sergipe	3
Bahia	12
Minas Gerais	89
Espírito Santo	7
Rio de Janeiro	103
São Paulo	204
Paraná	71
Santa Catarina	23
Rio Grande do Sul	70
Mato Grosso do Sul	11
Mato Grosso	12
Goiás	29
Distrito Federal	100
TOTAL	802

PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES E VARIAÇÕES DE ALGUNS INDICADORES



No gráfico ao alto, as retas, perpendiculares ao eixo horizontal, indicam diferença entre a variação percentual (△%) dos preços recebidos pelos agricultores (mês corrente em relação ao mês anterior) de cada produto e a variação (△%) do IGP-DI (no mesmo período), permitindo visualizar os ganhos potenciais relativamente à taxa de inflação, expressa por aquele indicador (IGP-DI). É evidente que essas retas estarão traçadas acima (se a variação for positiva) ou abaixo (se a variação for negativa) do eixo horizontal (△% = 0) do gráfico. Exemplo: se, em determinado mês, a variação percentual do preço do leite, em relação ao mês anterior, for igual a 30% e a taxa de inflação, no mesmo intervalo, for igual a 20%, a reta alcançará a linha indicativa de que houve um crescimento real de preços da ordem de 10%.

As bolotas que encimam as retas, variando de tamanho, servem para mostrar, em ordem decrescente, o valor de cada produto frente ao valor total da produção agropecuária (segundo o Censo de 1980), também em termos percentuais. Assim, o boi gordo (maior bolota) representa 10,7 % da produção e a cebola (menor bolota), apenas 0,4 % da mesma produção.

Os preços são médios do Brasil como um todo.

O escrito acima procura atender oportunas sugestões de leitores, do mesmo modo como o quadro ao lado, que aparecerá a cada edição, atualizado.

VARIAÇÕES MENSAIS DE ALGUNS INDICADORES – (em %)

MÊS	IGP	OTN	Cz$/US$	IPR	IPP
Out-86	1,384	0,000	0,939	1,302	3,067
Nov	2,453	0,000	0,981	3,168	3,106
Dez	7,563	0,000	3,112	9,497	3,954
Jan-87	12,037	0,000	7,920	7,362	3,783
Fev	14,106	0,000	15,531	2,693	6,496
Mar	14,997	70,686	15,825	4,335	11,567
Abr	20,080	14,515	12,858	11,571	25,402
Mai	27,583	20,960	29,844	23,069	18,384
Jun	25,872	23,442	26,127	18,507	26,026
Jul	9,332	18,021	13,930	9,811	11,179
Ago	4,498	3,051	4,887	12,184	9,879
Set	8,018	6,360	5,805	12,276	13,334
Out	11,148	5,681	7,101	11,064	10,846
Nov	14,464	9,180	11,014	11,728	10,699
Dez	15,928	12,840	13,817	13,607	11,539
Jan-88	19,103	14,140	15,077	11,620	11,764
Fev	17,645	16,511	16,980	14,704	15,357
Mar	18,163	17,961	17,940	19,367	18,027
Abr	20,332	16,010	17,639	19,056	18,395
Mai	19,500	19,280	19,317	17,893	21,007
Jun	20,840	17,780	20,640	25,748	22,598
Jul	21,538	19,530	18,764	26,839	21,819
Ago	22,895	24,040	24,098	22,134	27,634
Set	25,758	20,660	22,498	24,853	25,198
Out	27,584	24,010	25,480	31,494	20,437
Nov	27,969	27,250	27,787	34,265	24,562
Dez	26,886	26,920	27,546	35,502	24,928
Jan-89	36,557	28,786	34,569	26,544	34,479
Fev	11,804	–	10,742	21,775	16,401
Mar	4,228	–	0,000	9,443	5,488
Abr	5,170	–	1,000	7,703	6,657
Mai	12,758	–	8,515	16,727	13,315
Jun	26,765	–	21,489	27,441	24,889
Jul	37,882	–	43,156	17,030	33,473

Fonte: FGV/Ibre/Cea/CFP e Banco Central do Brasil.

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais referentes ao mês de agosto)
1 – Preço médio um ano antes
2 – Preço médio no mês de agosto*
3 – Preço médio na última quinzena de agosto*
4 – Preço médio na última semana de agosto*
5 – Comportamento dos Preços Futuros
6 – Tendência do mercado
7 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos trinta dias

* futuro – primeira entrega

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
AÇÚCAR RAW US ¢/lb-peso	10,85	13,77	13,55	13,37	S: 13,77 · O: 12,53 · N: 12,89 · D: 12,66 · J: 12,48	➡	A possível entrada da **Índia**, como compradora, no mercado, vem **aquecendo** as cotações.
ALGODÃO 1-1/16" US ¢/lb-peso	53,44	74,76	75,28	74,68	S: 74,76 · O: 75,57 · N: 76,43 · D: 76,69 · J: 76,63	➡	A redução da área plantada nos EUA provocou acentuado aumento dos preços em agosto e se espera estabilização, em setembro.
CACAU BAHIA US$/tonelada	1.373,70	1.200,09	1.107,80	1.090,60	S: 1.200,09 · O: 1.224,82 · N: 1.227,32 · D: 1.240,09 · J: 1.256,50	➡	O excesso de oferta continua exercendo pressão baixista sobre as cotações. A expectativa quanto ao futuro do **Acordo** poderá provocar oscilações repentinas.
CAFÉ CONTRATO C NOVA IORQUE US¢/lb-peso	119,72	80,70	81,76	83,95	S: 80,70 · O: 82,08 · N: 84,51 · D: 86,62 · J: 88,64	➡	Há expectativa de estabilidade, até que se defina o rumo do AIC, ou seja, se os **EUA** aceitarão a proposta colombiana de volta do sistema de quotas de exportação.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Nova Iorque.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	FUTUROS/MESES	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
MILHO TWO YELLOW US ¢/bushel	288,52	230,16	234,20	232,80	S: 230,16 · O · N · D: 232,18 · J · F · M: 239,59 · A · M: 244,75 · J · J: 246,17 · A		Foram temporariamente suspensas as compras da **URSS.**
SOJA - GRÃO ONE YELLOW US ¢/bushel	852,12	584,44	588,18	581,20	S: 584,44 · O: 578,84 · N · D: 588,60 · J · F · M: 598,57 · A · M: 606,67 · J · J: 610,99 · A		O mercado esperava que a redução da safra dos **EUA,** anunciada pelo **USDA,** fosse um pouco maior.
SOJA FARELO US$/tonelada curta	264,51	188,82	192,76	192,52	S: 188,82 · O: 182,57 · N · D: 181,69 · J: 181,68 · F · M: 182,67 · A · M: 183,67 · J · J: 184,15 · A: 184,16		Apesar de se estimar maior demanda internacional, em 1989/90, os estoques iniciais serão maiores do que no ano passado.
TRIGO SOFT RED US ¢/bushel	385,99	391,94	389,38	387,05	S: 391,94 · O · N · D: 405,99 · J · F · M: 410,50 · A · M: 396,50 · J · J: 365,97 · A		O **Conselho Internacional do Trigo** calcula que as compras da **URSS** serão reduzidas, de 38,6 milhões de t, em 1988/89, para 31 milhões de t, em 1989/90.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Bolsa de Chicago.

NOTA – Todas as cotações são de primeiro futuro.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
1 – Preço médio de agosto de 1988, corrigido pelo IGP, para agosto de 1989
2 – Preço médio no mês de agosto
3 – Preço médio na última quinzena de agosto
4 – Preço médio na última semana de agosto
5 – Tendência do mercado
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PRODUTO / PREÇO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
ALGODÃO tipo 6–Sul do BR NCz$/15 kg 1º futuro	58,94	81,36	96,00	102,00	→	Mercado continua influenciado pelas altas cotações internacionais e pela menor produção da safra 1988/89.
ARROZ Longo Fino Agulhinha NCz$/sc. 60 kg	70,66	44,68	53,30	55,30	→	O atraso na comercialização e a insuficiência de recursos da PGPM inibem alterações expressivas no mercado.
CAFÉ Tipo 6 NCz$/sc. 60 kg	228,62	s/cot.	s/cot.	s/cot.	→	O mercado interno esteve paralisado, devido à falta de compradores. As cotações para setembro permanecem em baixa.
BOI GORDO NCz$/arroba	66,05	83,26	85,00	85,00	→	Verifica-se o fim da entressafra e há aumento da oferta de gado criado em confinamento.

FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

NOTA – Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP – DI.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, não se pode garantir. As opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente de ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugere-se contato com os técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	1 ANO ANTES	MÊS	ÚLTIMA QUINZENA	ÚLTIMA SEMANA	TENDÊNCIA	FATORES PONDERÁVEIS
FEIJÃO Carioquinha Especial NCz$/sc. 60 kg	60,40	s/cot.	s/cot.	s/cot.		O mercado continua nominal. A produção das áreas irrigadas mantêm a oferta equilibrada.
FRANGO Vivo NCz$/kg	1,95	2,01	2,15	2,15		Vêm aumentando os preços do milho.
MILHO Amarelo Semiduro NCz$/60 kg	24,42	15,92	19,75	20,90		Entressafra.
SOJA - GRÃO Industrial NCz$/60 kg	49,87	23,91	27,53	28,81		Fase de entressafra com a soja assumindo posição de destaque nas exportações.

FONTE DOS DADOS BRUTOS — Algodão e Café: Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Arroz, Feijão, Milho e Soja: Bolsa de Cereais de São Paulo; Boi Gordo: IEA-SP e Frango Vivo: APA-SP.

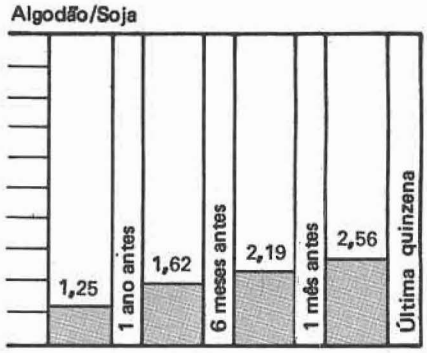
NOTA — Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP. Valores corrigidos pelo IGP — DI.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO EXTERNO

Os preços relativos referem-se ao quociente resultante da divisão dos preços absolutos de cada produto, obtidos nas fontes citadas abaixo. Os preços relativos algodão/soja e algodão/milho têm seu quociente multiplicado por 20 devido à disparidade entre as medidas utilizadas para o algodão (libra-peso) e para a soja e o milho (bushel).

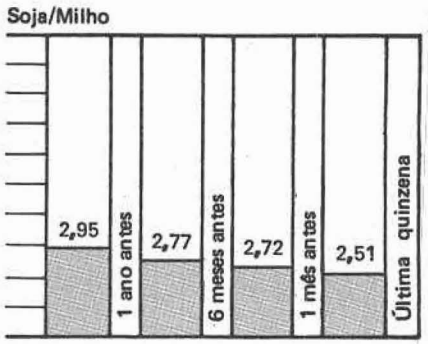
O preço do algodão tem-se elevado ultimamente, em função da menor oferta mundial, resultante da coadunação de menor produção e maior demanda. Na última quinzena, a cotação foi 41% superior à de um ano antes. Como o preço da soja vem seguindo trajetória inversa, o preço relativo tem aumentado sistematicamente no período.

Algodão/Soja



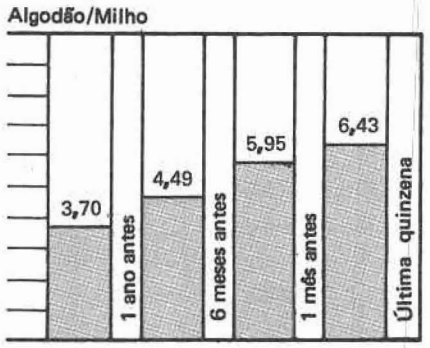
Na última quinzena, o preço relativo **soja/milho** foi menor do que o precedente, em função da diminuição de 12% no preço da leguminosa. No início de setembro, o **USDA** anunciou que a safra de soja apresentaria redução menor do que a esperada pelo mercado, o que alimentou o recuo de suas cotações.

Soja/Milho



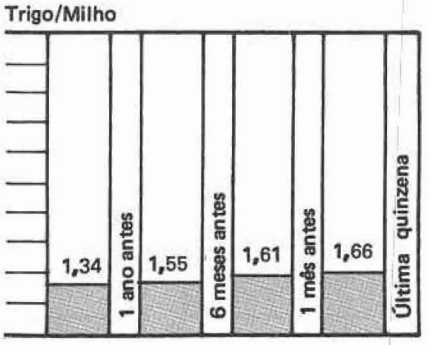
A mencionada persistente elevação do preço do algodão, ajudada pela queda de 19% no preço do milho, tem elevado o preço relativo **algodão/milho** a patamares crescentes, há um ano. Mais recentemente, o mercado do cereal tem-se mantido tranqüilo, sujeito a variações apenas quando se alteram as intenções de compras por parte dos países maiores importadores.

Algodão/Milho



A cotação do trigo, na última quinzena, foi muito semelhante à da média do mês, muito embora as compras por parte da **China** venham sendo 25% maiores do que as do ano passado. Em conseqüência, o preço relativo **trigo/milho** sofreu aumento no período, estabelecendo-se em nível superior ao de um ano antes, devido à queda ocorrida na cotação do milho nos últimos doze meses.

Trigo/Milho

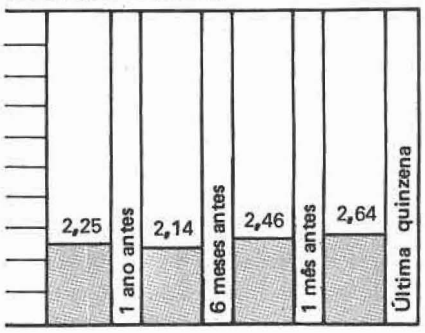


FONTE DOS DADOS BRUTOS – Algodão: Cotton World Statistics; Soja, Milho e Trigo: Commodity Year Book.

PREÇOS RELATIVOS - MERCADO INTERNO

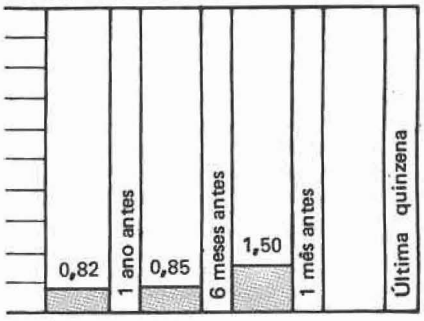
A expressiva alta de 54% no preço do boi gordo, durante a última quinzena, em comparação com a média de um mês antes, causou a elevação do preço relativo **boi gordo/frango vivo** no período. A despeito da retração do consumo de carne bovina, os criadores têm forçado o aumento dos preços de seu produto por conta da menor oferta. No período de um ano, foi significativo o avanço mais acentuado desta carne frente ao frango vivo.

Boi Gordo/Frango Vivo



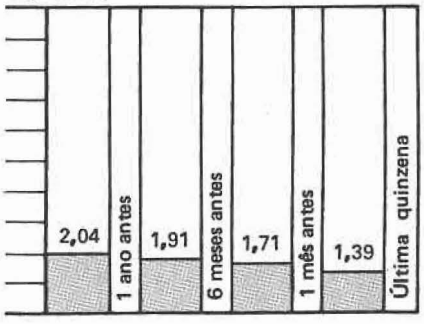
Não foi informado o preço da ração para ave de corte na última quinzena.

Frango Vivo/Ração Ave de Corte



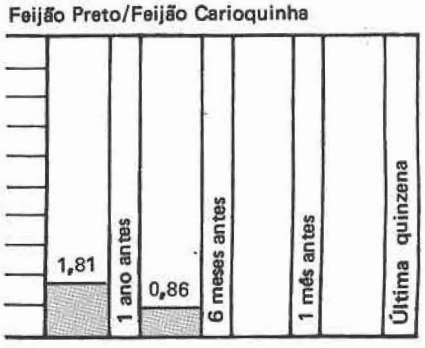
O início da entressafra do milho e o fato de as indústrias transformadoras estarem com baixos estoques fizeram com que seu preço fosse, na quinzena, 53% maior do que um mês antes. Como, no período, a cotação da soja avançou 25%, reduziu-se o preço relativo.

Soja/Milho



O cálculo do preço relativo referente ao mês anterior e à última quinzena foi impossibilitado devido ao mercado de **feijão-de-cores** ter estado nominal.

Feijão Preto/Feijão Carioquinha



FONTE DOS DADOS BRUTOS – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP; Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA; Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

COMPORTAMENTO DAS LAVOURAS

Esta página apresenta o resultado para o Brasil, como um todo, da pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das colheitas de lavouras no ano civil, conduzida pela **Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO**, cuja coordenação técnica é do **IBGE**. A pesquisa se faz em todo o território nacional e dela participam diversas entidades públicas e privadas, dentre as quais o **Ministério da Agricultura, Banco do Brasil, Sistema Brasileiro de Extensão Rural, Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola, Companhia de Financiamento da Produção, Secretarias de Agricultura** e **Secretarias de Planejamento**. Seus resultados segundo dispositivo legal (**Decreto 68.678/71**), são compulsórios para os órgãos da Administração Federal, direta e indireta e para as entidades a ela vinculadas. Os leitores de **Agroanalysis** têm aqui, mensalmente, os dados oficiais atualizados do comportamento das safras brasileiras.

LAVOURAS – ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO ESPERADA NO ANO CIVIL DE 1989, SEGUNDO LEVANTAMENTO DE AGOSTO[1]

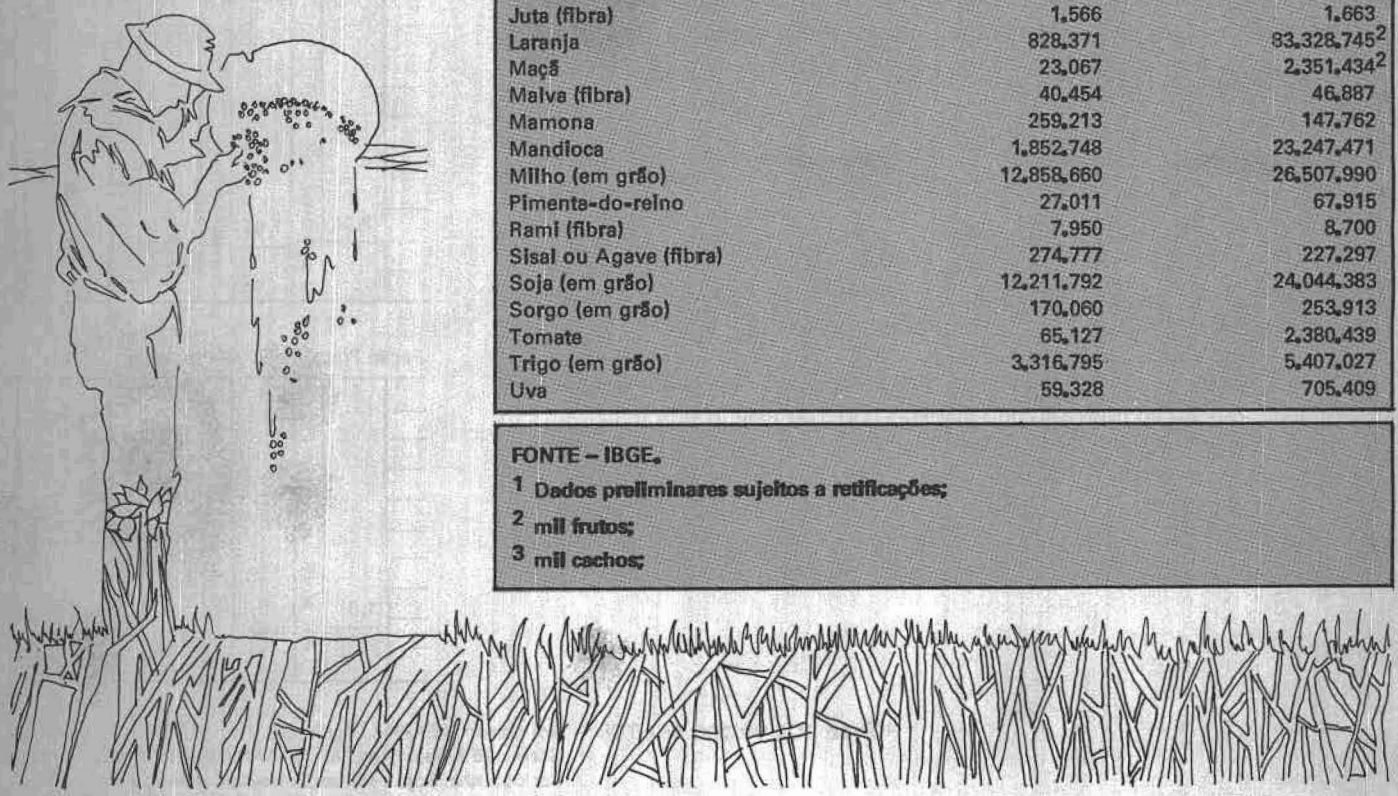
ESPECIFICAÇÃO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Abacaxi	37.837	843.434[2]
Algodão	...	...
Algodão arbóreo (em caroço)	638.466	69.574
Algodão herbáceo (em caroço)	1.523.062	1.815.005
Alho	13.821	59.703
Amendoim (em casca)	87.149	144.406
Amendoim (em casca) 1ª safra	61.882	118.128
Amendoim (em casca) 2ª safra	25.267	36.278
Arroz (em casca)	5.277.641	11.106.503
Aveia (em grão)	231.742	286.039
Banana	479.867	552.578[3]
Batata-inglesa	156.053	2.104.356
Batata-inglesa 1ª safra	88.013	1.096.252
Batata-inglesa 2ª safra	68.040	1.008.104
Cacau (em amêndoa)	696.262	397.515
Café (em coco)	3.038.668	3.019.455
Cana-de-açúcar	4.053.440	262.792.338
Castanha de caju	537.442	177.719
Cebola	74.606	790.821
Centeio (em grão)	3.771	6.046
Cevada (em grão)	120.390	222.643
Coco-da-baía	174.281	596.054[2]
Feijão (em grão)	5.211.994	2.490.954
Feijão (em grão) 1ª safra	2.669.470	1.106.365
Feijão (em grão) 2ª safra	2.542.524	1.384.589
Fumo (em folha)	301.937	463.038
Guaraná (semente)	2.615	901
Juta (fibra)	1.566	1.663
Laranja	828.371	83.328.745[2]
Maçã	23.067	2.351.434[2]
Malva (fibra)	40.454	46.887
Mamona	259.213	147.762
Mandioca	1.852.748	23.247.471
Milho (em grão)	12.858.660	26.507.990
Pimenta-do-reino	27.011	67.915
Rami (fibra)	7.950	8.700
Sisal ou Agave (fibra)	274.777	227.297
Soja (em grão)	12.211.792	24.044.383
Sorgo (em grão)	170.060	253.913
Tomate	65.127	2.380.439
Trigo (em grão)	3.316.795	5.407.027
Uva	59.328	705.409

FONTE – IBGE.

1 **Dados preliminares sujeitos a retificações;**

2 **mil frutos;**

3 **mil cachos;**



FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organizaçao racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal 9052 – ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP 22250 – Rio de Janeiro – RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Aldo Batista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Mario Henrique Simonsen e Octávio Gouvêa de Bulhões.
Membros Suplentes: Alfredo Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Casimiro Ribeiro, Luiz Fernando da Silva Pinto, Marcos Pereira Vianna e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR:
Vice-Presidente: Theodoro Arthou
Membros: Abgar Renault, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antonio Ribeiro França Filho, Associação dos Bancos do Estado de São Paulo, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Estado de São Paulo, Glycon de Paiva, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Henrique Sergio Gregori, Instituto de Resseguros do Brasil, Mario Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo Tarso Leal, Rubens D'Almada Horta Pôrto, Salles/Interamericana de Publicidade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian M. Chacel
Diretor Adjunto: Angelo Jorge de Souza

Centro de Análise Macroeconômica: Moacyr Antonio Fioravante
Centro de Estatística de Preços: Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estudos de Consumo: Beatriz Mello Flores de Lima
Centro de Estudos Empresariais: José Francisco Filho
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional: Paulo Nogueira Batista Jr.
Centro de Gerência e Economia da Informação: Salomão L. Quadros da Silva
Conjuntura Econômica: Paulo Rabello de Castro